



Anais da Assembléia

Nº 51 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 06 DE JUNHO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1984.

(QUARTA - FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguiudo, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiati, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Grança, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 87/84 e 31/84, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, nesta Capital de Da. Laura da Costa Neves, progenitora do Sr. Evangelino da Costa Neves,

Presidente do Curitiba Futebol Club.

D. Laura, figura bastante querida de sua família e do grande círculo de amizade que soube granjear durante sua proveitosa existência, faleceu ontem, nesta Capital, aos oitenta anos, deixando inconsoláveis aqueles que com ela tiveram a ventura de conviver.

Requer, outrossim, que do presente requerimento seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho: Evangelino da Costa Neves.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 04/06/84, na cidade de União da Vitória, do Senhor ESTANISLAU MISGA.

O extinto que contava com 76 anos era um grande companheiro do PMDB, comerciante conhecidíssimo em União da Vitória.

O povo da cidade e dos municípios vizinhos, reconhecendo as suas excepcionais qualidades, prestou ao desaparecido significativa homenagem, comparecendo em seu sepultamento.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada à rua Joaquim Távora, 1092, União da Vitória.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem MARCELO HAMILTON ZANON, ocorrido no dia 02 de junho, nesta capital; tendo em vista que o mesmo era filho do Sr. HAMILTON ZENON, funcionário desta Casa, e que residiu durante tempos em Paranavaí. Considerando ainda que o mesmo foi um dos expoentes máximos da juventude daquela terra.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. HERCÍLIA RUSSO, ocorrido em 05 de junho nesta capital; tendo em vista que a mesma era progenitora do Sr. CELSO RUSSO, Chefe da CIRETRAN de Paranavaí, e residente há tempos no município. A mesma como pioneira da Colonização de nosso Estado, em muito contribuiu para o progresso desta terra.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inscrito na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor PEDRO BALENSIEFER, ocorrido em data de 05 de junho no Distrito de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon.

Outrossim requer, que da decisão do Plenário seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. LAURA COSTA NEVES.

A extinta deixa um filho Sr. EVANGELINO COSTA NEVES.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à rua Ubaldino do Amaral, 37, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Sertãoópolis pela passagem do seu quinquagésimo aniversário de Emancipação Política e Administrativa, com o consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor José Aparecido Rafaeli, Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Benedito Zanin, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes.

Criado pela Lei nº 1.931 no dia 06 de junho de 1934, Sertãoópolis teve efetivamente sua instalação neste mesmo dia, mês e ano, desmembrando-se do Município de Jataizinho, graças a potencialidade verificada quando da vinda dos seus primeiros pioneiros, que lá iniciaram o desmatamento para a extração da madeira, construindo as primeiras residências e casas comerciais que iniciaram a formação dos primeiros povoados. Desde então, na medida que eram instaladas as primeiras serrarias, aliado a tais atividades, começavam a surgir diversas áreas de cultivo agrícola, cujos resultados serviam para a comercialização a nível local e até mesmo fora de lá.

Nos dias de hoje, o Município de Sertãoópolis conta, segundo dados pesquisados pelo Censo (em 1980) com uma população que ultrapassa os 16 mil habitantes, sendo pouco mais de 7 mil na zona urbana e mais de 8 mil distribuídos na zona rural, e que sem dúvida alguma, aquela cidade tem um papel dos mais importantes no processo desenvolvimentista não somente relacionado a região que pertence, mas também no âmbito estadual, nacional, no que diz respeito à agricultura e

pecuária, sustentáculos sócio-econômicos.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia Legislativa, de voto de congratulações ao Senhor ERNANI BUCHMANN, pela passagem do segundo aniversário da conceituada revista "CIÊNCIA HOJE".

REQUEIRO, também, que uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos, um voto de congratulações ao Prefeito José Aparecido Rafaeli, pelo cinquentenário do Município de Sertãoópolis, extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Outrossim, solicita envio de cópia da correspondência ao Digníssimo Presidente da Câmara Municipal e ao Meritíssimo Juiz do Forum local.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A política das Artes Plásticas no Estado do Paraná, há tantos anos, marcado pelo signo do poder e da dominação, arrastou-se numa esteira de protecionismo onde os mesmos de sempre elegiam os poucos bons para muitos eventos e os "papas" oficializavam estilos (com anos de atraso) excluindo a participação dos autênticos agentes de mudança. O êxodo de artistas, o estigma de proscrito daqueles que resistiram à carga de indiferença, criaram uma capa de padronização e subserviência ao eixo Rio-São Paulo, abandonando uma ação fundamentada nas nossas mais legítimas manifestações culturais.

O reconhecimento tardio, as "exposições de remorso" e as homenagens póstumas tiveram destaque em nossos órgãos oficiais. A atitude de mudança encontra ainda resistência à sombra dessa autocracia.

A súbita e inexplicável exoneração de MARIZA BERTOLI, do cargo de Diretora do Museu de Arte Contemporânea, no momento em que rompia com os esquemas estratificados da arte oficial e, com muita coragem, vinha desenvolvendo um trabalho em função da participação efetiva do artista, na política de atuação da Secretaria da Cultura, através de uma infra-estrutura sólida, fundamentada no respeito às características dos movimentos artísticos nascentes, nas diversas regiões, surpreendeu a crítica especializada e a comunidade artística.

A indicação de pessoa não especializada e ainda com o agravante de envolvimento em mercado de arte, o que constitui duplo impedimento ético, para o cargo de Diretor do Museu de Arte Contemporânea, causou estranheza e motivou protestos veementes da comunidade interessada. A Associação dos Artistas Plásticos do Paraná, reclamou seu direito de opinar, tendo não só impedido a nomeação da pessoa já indicada, mas conquistando a possibilidade de participar na escolha de quem deverá, agora com mais autonomia, dirigir a política de Artes Plásticas no nosso Estado.

No último dia 26, reunidos em Assembléia Geral, no Auditório da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, a APAP.,

tornou público o documento relativo à plataforma mínima de trabalho exigível, para atender os anseios da classe e elaborou, através de eleição entre seus associados, a lista triplíce de candidatos à Direção do Museu de Arte Contemporânea do Paraná, que será encaminhada à Secretaria de Estado da Cultura e Esporte.

Registramos nosso voto de louvor à MARIZA BERTOLI pelo notável desempenho profissional frente a Direção do Museu de Arte Contemporânea do Paraná.

— Empreendendo um plano de ação que visava criar condições de auto gestão dos assuntos relativos às Artes Plásticas em cada Município assegurando-lhes apoio técnico e cooperação financeira, recusando-se a levar os tradicionais “pacotes” prontos para o interior do Estado, vício paternalista que fere as raízes culturais em sua base;

— Tentando imprimir uma abertura, bastante visível na mostra “Artistas do Paraná”, na Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, sem dúvida a melhor coletiva que já saiu do Estado, incluindo a participação maciça dos artistas mais jovens, especialmente da década de 80, ainda não corrompidos pelo processo mercadológico da obra de arte. Essa mostra além de representar o incentivo e a divulgação da nossa produção artística, assegurou a permanência da arte paranaense no Museu de Arte Brasileira, através de cinco obras das mais representativas, adquiridas pela Instituição para integrar o seu acervo;

— Criando a infra-estrutura para Conservação e Restauração de Bens Culturais no Estado do Paraná, através da implantação do serviço no Museu e da formação da primeira equipe de técnicos que constituía o núcleo de treinamento de pessoal, nessa área tão defasada;

— Oferecendo apoio técnico, através de estágio, às instituições congêneres, atendendo às solicitações que têm sido feitas constantemente;

— Dinamizando os espaços e o acervo do Museu, oferecendo ao público mostras bem elaboradas inseridas em projetos que envolvem a plena participação da comunidade interessada, através de debates;

Lamentamos que a súbita exoneração de MARIZA BERTOLI, do cargo de Diretora do Museu de Arte Contemporânea, publicada em Diário Oficial do dia 08 de maio, tenha interrompido um trabalho bem estruturado e embasado em sólida formação profissional.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de louvor ao Deputado Federal José Tavares — do PMDB/PR, por sua atitude patriótica e de apego à causa pública, ao encaminhar requerimento na Câmara dos Deputados, pedindo informações sobre a recente viagem do Presidente João Figueiredo ao Japão e à China, com passagem de ida e volta pelos Estados Unidos da América.

Nas informações que solicita, aquele parlamentar quer esclarecimentos sobre o número de pessoas que acompanhou o Presidente, a qualquer título: quanto cada uma recebeu ou adquiriu em dólares; qual a despesa total da viagem; quantos aviões foram utilizados; qual o valor dos presentes oferecidos pelo Presidente da República; e se houve inspeção alfandegária das bagagens trazidas do Exterior.

O pedido de informações do Deputado José Tavares vem em um momento em que cresce o assombro da Nação com os inúmeros abusos verificados nas recentes viagens presidenciais. Fato aliás notório, pois foi objeto de fartas denúncias do jornal “O Estado

de São Paulo”. Tais abusos nos deixam cheios de apreensão, exatamente em um momento em que crescem as dificuldades da população e as autoridades do Governo Federal pregam, sem praticar, a austeridade e a necessidade de se apertar os cintos para superar-se a grave crise econômica.

Fortalecer a ação fiscalizatória do Legislativo sobre os atos do Executivo, particularmente em se tratando de tais abusos, tal é a intenção do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado José Richa, no sentido de que Sua Excelência determine com a máxima urgência, a revisão e estudo do aumento recentemente autorizado pelo DETRAN das taxas de serviços prestados por aquele órgão.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A exorbitância no aumento das taxas no Departamento de Trânsito de nosso Estado, está deixando proibitiva a utilização dos serviços prestados por aquele órgão público.

Tais aumentos em certos casos foram superiores a 3.000% (três mil por cento) ocasionando revolta aos que se utilizam daqueles serviços.

Esse apelo que ora formulamos tem por finalidade sensibilizar o Governo do Estado no sentido de aplicar uma política mais condizente com a atual situação financeira de nosso País.

Aumentos elevados nas taxas de serviços públicos geram descontentamento e revolta na população, razão pela qual o Poder Público deve ser comedido e criterioso na estipulação desses valores, o que não aconteceu no recente aumento autorizado pelo DETRAN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Moção de Apoio ao Senado Federal objetivando a aprovação do novo Código Civil Brasileiro, que se encontra em trâmite naquele Poder.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Desde 1917, quando o Código Civil Brasileiro entrou em vigor, no Governo de Wenceslau Braz, já se mostrava defasado. Só em 1963, no Governo de João Goulart, foi designada a 1ª Comissão para elaborar o anteprojeto do Novo Código Civil, hoje com a tramitação no Senado Federal.

No direito de família, a nova Lei põe fim ao patriarcalismo como poder, sendo o marido não mais considerado como chefe incontestável da sociedade conjugal; a direção da sociedade conjugal passa a ser exercida por ambos os cônjuges. Põe fim também à determinação pelo marido da fixação de domicílio e o exercício de pátrio poder passa a ser resolvido de comum acordo pelo casal.

Os movimentos organizados sobre a questão específica da mulher, sempre lutaram para que as leis de discriminação e opressão fossem abolidas e instauradas leis de igualdade de direitos. O novo Código Civil é uma conquista da mulher e foi fruto de várias discussões e questionamentos a respeito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, providências urgentes no sentido de que seja demitido de suas funções de Diretor da Escola "Cenetista" de Tamarana, Distrito de Londrina, o Senhor Renato Silvestre de Araújo, expediente dirigido a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a Secretaria de Estado da Educação é responsável pela qualidade de ensino da rede de educação Estadual, embora a CNEC, disponha de autonomia, encarecemos providências junto à Diretoria Estadual da mesma, que, diante dos fatos abaixo relacionados e documentação anexa, providências "urgentes" sejam tomadas.

O cidadão Renato Silvestre de Araújo não é pessoa qualificada para a função de Diretor da Escola, já que sua conduta como vereador em Londrina, advogado e diretor da Penitenciária de Piraquara foi sempre manchada por envolvimento que o desqualificam de função tão importante como o de Diretor de Escola.

Na sequência vamos enumerar algumas ações que pesam contra o referido cidadão:

a) Ação de indenização por alto ilícito (2ª Vara Cível de Londrina), requerida por Nair Buranello Favoretto. Renato Araújo comprou gado roubado de propriedade da requerente e dificultou ainda a recuperação por parte da polícia;

b) Execução de penhor (3ª Vara Cível de Londrina), requerida pelo Banco do Estado do Paraná S/A;

c) Interpelação Judicial (4ª Vara Cível de Londrina), requerida pela COHAB-LD;

d) Condenação criminal pela Justiça Federal (2ª Vara Criminal), Renato Silvestre de Araújo foi condenado pela Justiça Federal, a 3 meses de detenção por ter permitido, culposamente, a fuga do presidiário Jair Espelocina dos Santos que estava condenado a NOVE anos de reclusão, além de ter liberado indevidamente — quando diretor da Penitenciária Central do Estado — o presidiário João Carlos Martins Castilho, perigoso assaltante que estava condenado a 35 anos de prisão e mais internamento em manicômio judiciário por dois anos e mais dois anos por medida de segurança. A este marginal, Renato Silvestre concedeu nada menos que 50 licenças especiais para que se ausentasse do presídio. Sendo que durante essas ausências o marginal praticava toda sorte de assaltos, sendo preso em flagrante durante um dos assaltos;

e) Ação Criminal por falsificação e utilização de documento (4ª Vara Criminal de Londrina), requerida por Nair Buranello Favoretto;

f) Protestado junto ao Cartório de Protesto desta comarca, em 12/06/75, no valor de Cr\$ 99.000,00;

g) Protestado no mesmo Cartório de Protesto em 12/06/75, título no valor de Cr\$ 24.750,00;

h) Protestado em 22/04/75 no mesmo Cartório acima citado, título no valor de Cr\$ 30.000,00;

i) Processo disciplinar de cancelamento de sua inscrição junto a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná, por ter se inscrito escondendo sua qualidade de serventuário da Justiça (função incompatível com o exercício profissional de advogado), além de não possuir qualidades morais, pelos seus envolvimento com a Justiça, para exercer a profissão de advogado. Representação feita pelo advogado José Carvalho Grafe Neto — OAB—PR. 7338;

j) Denunciado por agressão contra a Senhora Regina Santana Ereno, feita pela mesma, por ter sido agredida, física e moralmente pelo cidadão Renato Silvestre de Araújo. A requerente, devido às agressões físicas, sofreu hematomas generalizados, conforme provado por laudo de Exames de Lesões Corporais;

k) Além disso, pesa sobre o referido cidadão acusação de sedução e tentativa de estupro contra a menor Shirley Ruthes e, o que é pior, dentro do colégio Tamarana.

Diante deste "dossiê". Senhora Secretária, solicitamos que as providências sejam as mais urgentes possíveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que sejam solicitadas providências junto ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que seja instalada uma subsele do distrito rodoviário do DER., na sede do Município de Ubitatã.

O Município de Ubitatã, situado no Oeste do Estado, no eixo rodoviário de Campo Mourão-Cascavel, divisório e pólo centralizador das regiões municipais de Juranda, Boa Esperança, Mamborê, Campina da Lagoa, Nova Cantu, Altamira do Paraná, Nova Aurora, Braganey, Corbélia, carecem essas regiões pelas distâncias de Campo Mourão e Cascavel, que são sede dos distritos rodoviários, de uma sede ou subsele de um distrito rodoviário para atender os múltiplos problemas dos municípios de uma região produtiva e populosa do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Encaminhado ao Sr. Governador. REQUER pavimentação asfáltica na 2a. pista do acesso rodoviário em Guaira, interligando a BR 272 aos Estados de Mato Grosso do Sul, Norte e República do Paraguai.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, solicitar as providências governamentais para que o acesso rodoviário, que interliga a BR 272 aos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte e República do Paraguai, possa ser melhorada e que a 2a. pista do acesso seja asfaltada.

Tecnicamente a situação atual não é recomendável, pois estará sujeito a acidentes sucessivos nesse trajeto do acesso rodoviário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA: — Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Dr. JOSÉ BRANDT SILVA, DD. Presidente do Conglomerado Banestado, solicitando-lhe a instalação de um entreposto do Banestado na localidade de Pinheiro, Município de Capanema.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Pinheiro, no Município de Capanema, encontra-se em franco desenvolvimento e a extensão do Banco do Estado do Paraná, através de um entreposto é uma reivindicação da comunidade, apoiada pela Câmara de Vereadores do referido Município, razão porque acreditamos que a Presidência do Banestado dará especial atenção ao pedido ora formulado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores José Richa, Governador do Estado do Paraná e Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, sejam viabilizadas o asfaltamento do leito carroçável da via que liga a BR-376 à Usina de Açúcar Santa Terezinha.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

São 4 mil metros de asfalto, cuja verba já foi aprovada pelo GEIPOT, restando apenas a viabilização do asfaltamento.

Essa obra concretizada, virá atender a uma antiga reivindicação das firmas transportadoras e das lideranças políticas maringense, por ser aquele caminho de extrema importância para o escoamento de produção agrícola e de álcool que é produzido pela mencionada usina.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, propondo-lhes que, através de PERMUTA de padrões, não apenas entre diferentes professores, como também entre os padrões de um mesmo professor (vale recordar que a mesma pessoa física docente equivale a duas pessoas jurídicas que, paradoxalmente, às vezes de pessoa jurídica "A", quando está às vésperas da aposentadoria pela pessoa jurídica "B"), como forma de apoio para solução do grave problema dos padrões de ensino deslocados.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, propondo-lhes que conceda ao pessoal do Magistério do Paraná, direito à permuta, ampla, geral e irrestrita, ressalvados os critérios de ordem legal, como coincidência da disciplina e área de atuação, pois que chega a ser desoladora tanto a realidade da pessoa física, acumulando obrigações inconciliáveis de duas pessoas jurídicas, como desencontro dos professores que estão vivendo, profissionalmente, o "Passeio do Ensino". Na realidade, é impossível aos professores radicados no Norte do Estado prosseguirem lecionando por um padrão no Sul do Estado, enquanto sulistas, por seu turno, não resistirão por mais tempo e detenção de dois padrões de ensino: um ao Norte, outro ao Sul.

E este desafio, a herança anômala de um passado estruturalmente precário, deve ser assumido e solucionado pelo Governo do PMDB.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando-lhe a doação de um Equipe Dentário para o Ginásio Estadual de Marumbi, cujo estabelecimento de ensino consta atualmente com cerca de 1900 alunos, não dispõem de nenhuma assistência odontológica.

Outrossim, REQUER que a decisão desta Casa se dê conhecimento a Senhora Janice Labegalini de Nez e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB, de Marumbi.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, solicitando-lhe que os doadores de verbas ao Conselho Comunitário de Segurança, sejam incluso na isenção do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica.

Os Conselhos Comunitários de Segurança, é uma experiência pioneira que se está levando com muito sucesso no Estado do Paraná, e com a participação ativa de toda a comunidade, e clubes de serviços, no sentido de equiparmos a nossa polícia, por isso é mais do importante que haja uma sensibilização por parte das autoridades federais no sentido de que seja incluso na isenção do Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica, nas contribuições financeiras que por ventura as pessoas vierem fazê-las.

Outrossim, REQUER, que a decisão desta Casa se dê conhecimento aos Excelentíssimos Senhores Vereadores Celso Guerreiro Alvarenga e José Fernandes de Araújo, 1.º Secretário e Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, respectivamente, como também ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Diretório Municipal de Sarandi.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor GILBERTO GARBI, DD. Presidente da TELEPAR - Cia. de Telecomunicações do Paraná S/A, solicitando providências para a instalação de um Posto de Serviço Telefônico na localidade de São Sebastião do Cedro, no Município de Capanema, cientificando-se deste requerimento a Câmara Municipal do referido Município.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

São Sebastião do Cedro, situada entre os Municípios de Capanema e Planalto, é uma das poucas localidades paranaenses ainda desprovida de telefonia. A presente reivindicação é anseio da comunidade local, ratificado pela Câmara de Vereadores, que trazemos a esta Casa para ser transmitido à TELEPAR, na certeza de que será atendido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, seja publicado o Inventário dos Bens Culturais tombados no Estado do Paraná, bem como as baixas registradas até a presente data, através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, órgão deliberativo e executivo da Lei n.º 1211 (de 06 de setembro de 1953) de Proteção aos Bens Culturais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

A sangria que a nossa Memória Cultural tem sofrido, seja pela natureza das intervenções de restauração, quase sempre inadequadas, seja pela omissão de responsabilidade ou pelos roubos, cujo resgate se torna inviável dada a falta de registro técnico mínimo para tal.

O direito inalienável que tem a comunidade de tomar conhecimento desse patrimônio público, que constitui o referenciável tangível de sua identidade cultural.

O direito e o dever que tem a comunidade de participar na atuação dos Órgãos Governamentais, que detêm a tutela destes Bens Culturais;

– Participando das decisões que demandem intervenção efetiva, dita de Conservação e Restauro, sobre estes Bens Culturais;

– Fiscalizando ou denunciando a destruição, desaparecimento, apropriação indébita, ou mau uso deste patrimônio público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Diretora-Superintendente da Fundepar – Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação objetivando a liberação de materiais necessários para a efetiva iluminação da cancha existente na Escola Duque de Caxias, localizada na Municipalidade de Goioerê.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido de que, através de estudos apropriados, vise a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de uma sala para reuniões na Escola Santa Rita de Cássia, localizada na Municipalidade de Campo Mourão, no Distrito de Luiziana.

A direção daquele estabelecimento educacional não dispõe de recursos orçamentários próprios que assegurem a construção de uma sala para reuniões. A pretendida obra se faz necessária à sua concretização uma vez que viria possibilitar a realização de diversas reuniões não somente relacionadas as atividades escolares, mas também podendo ser usufruída para o desenvolvimento de outras atividades de cunho comunitário.

Dessa Pasta espera-se o encaminhamento de medidas que

realmente venham de encontro aos reais interesses da direção escolar daquele estabelecimento, demais professores, funcionários e os estudantes.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que sejam fornecidas informações a respeito da situação do projeto a respeito da Rodovia PR-090, no trecho compreendido entre o Município de Ibiporã à Municipalidade de Sertãoópolis.

É sabido que são inúmeros os projetos existentes referentes a construção de rodovias asfálticas em todo o Estado do Paraná, notadamente as relacionadas à Secretaria de Estado dos Transportes. No entanto, é também de conhecimento de todos que existe inúmeras dificuldades de ordem econômica que possam viabilizar tais projetos, fazendo crer que muitas serão as obras que nem serão praticamente iniciadas em face de tais conjunturas.

Neste sentido, faz-se necessário o estabelecimento de prioridades quanto aos planos relacionados as rodovias, tomando como base especialmente sua importância a geopolítica.

Por certo que nestas avaliações, uma das metas primordiais a serem tratadas incluirá, dentre outras, a pavimentação da PR-090 no trecho compreendido entre os Municípios de Ibiporã a Sertãoópolis. A pretendida obra é sem dúvida alguma uma antiga aspiração dos habitantes de ambas as cidades, uma vez que a concretização da mesma, permitirá o escoamento de toda a safra agrícola de forma mais rápida e segura, além de que possibilitará a ligação a importantes rodovias existentes.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Dr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, MD. Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando o envio de uma viatura de Polícia para a delegacia de Cambira.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ministros das Pastas de Transportes e da Fazenda, em que solicita providências quanto a liberação de recursos orçamentários para a liquidação/pagamento de indenizações de propriedades atingidas pela BR-369, no Município de Corbélia, em especial as da Sociedade Esportiva e Recreativa Aliança.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta ao requerimento sob n.º 2615, de 03 de abril de 1984, de lavra deste Gabinete Parlamentar, o Excelentíssimo

Curitiba, quarta, 06/06/84.

Senhor JOAO CATALDO PINTO, Diretor Geral do DNER afirmou que aguarda a liberação de recursos orçamentários para a liquidação das referidas dívidas indenizatórias de propriedades seccionadas pela BR-369, no Município de Corbélia (segue anexo o telegrama-texto).

Considerando a necessidade de que o atual Governo encerre o seu período com as contas em dia, especialmente no que se refere a dívidas com pessoas jurídicas e físicas de direito privado, solicitamos das Pastas de Transportes e da Fazenda atenção ao requerido presentemente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando seja instalado um telefone público no Jardim Modelo, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Jardim Modelo na sede do Município de Campo Mourão, conta atualmente com mais de 1.500 habitantes, no entanto não possui até o presente momento, nenhum telefone público para dar atendimento àquela população, daí a presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, formulando apelo no sentido de serem reativadas as campanhas daquela Secretaria de Vacinação antirrábica, em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz tendo em vista que a prevenção da raiva em nosso Estado, hoje em dia quase inexistente, face às constantes campanhas realizadas pela Secretaria de Agricultura nos anos anteriores, necessita ser reativada para a sua total erradicação no Paraná.

A raiva, um mal tão pernicioso à humanidade deve ser combatida por todos e o Poder Público tem por obrigação encetar campanhas permanentes para a sua total eliminação no seio da humanidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banestado S/A, solicitando abertura de crédito para financiar o combate a erosão rural, para pagamento de 20% que lhes serão cobrados pelo projeto Microbacias.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Todos somos sabedores das dificuldades por que passam nosso pequeno e médio agricultor não podendo os mesmos arcar com o ônus, apesar de ser pequeno dos 20% que lhes serão cobrados

pela CAFE do Paraná quando da execução do projeto microbacias. Daí a presente solicitação que o Banestado financie as referidas importâncias para que todos os agricultores atingidos pelo projeto possam regularizar suas propriedades e assim colaborar para o engrandecimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando a instalação de rede de água no Jardim Modelo, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

No Jardim Modelo, em Campo Mourão, residem centenas de pessoas, na maioria trabalhadores na zona rural e urbana, os quais produzem para o progresso não só da cidade mas também de todo o Estado, no entanto os mesmos não têm ainda a rede de água, esta que é necessidade básica de qualquer cidadão brasileiro. Daí que os moradores daquele populoso bairro solicitam este benefício inadiável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público no Jardim Santa Cruz, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O populoso bairro denominado Jardim Santa Cruz, na sede do Município de Campo Mourão, necessita urgentemente ver uma das suas velhas reivindicações atendidas. Diga-se aqui que o Jardim em tela conta atualmente com mais de 2 mil habitantes e no entanto não goza desse importante benefício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando a extensão de rede de água para o Jardim Santa Cruz, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Jardim Santa Cruz, na sede do Município de Campo Mourão, é um dos mais populosos daquela importante comuna, tendo seus habitantes na sua grande maioria "bóias-frias" ou trabalhadores rurais, inúmeras reivindicações, mas a que mais os preocupa no momento, é a inexistência de água encanada, pois essa é necessidade básica de todos, daí a justiça da presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. DENI LINEU SCHUWARTZ, MD. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, solicitando que seja construído 01 Terminal de Passageiros para a cidade de RIO BOM.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Dr. MAX ROSEMAN DD. Superintendente do IPE., solicitando providências quanto à nomeação de um Representante do IPE., no Município de RIO BOM, através da Secretaria de Administração, dado ao grande número de funcionários públicos existentes naquela região.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, MD. Secretário da Saúde do Estado do Paraná, solicitando 01 Ambulância para Assistência Social do Município de RIO BOM.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. DENI LINEU SCHWARTZ, Secretário dos Transportes, para a possível construção do Terminal Rodoviário de Cambira, através da Secretaria dos Transportes, visto que a existente não possui condições algumas para funcionamento digno de seus usuários.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, DD. Secretário da Saúde do Estado, solicitando o envio de 01 Ambulância para Assistência Social para o Município de MARILÂNDIA DO SUL.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário dos Transportes do Paraná, para a possível construção do Terminal Rodoviário de Munhoz de Mello, através da Secretaria dos Transportes.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Dr. THEOBALDO VITÓRIO MACHADO, Superintendente da Cohapar, solicitando a liberação da construção de 50 casas populares para o Município de Santa Fé, através da Secretaria do Interior.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando o envio de 01 Ambulância para a Assistência Social do Município de Santa Fé.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Dr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o envio de uma viatura para a Delegacia de Polícia do Município de Sabaúdia.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, MD. Secretário da Saúde do Estado, solicitando o envio de 01 Ambulância para Assistência Social do Município de Cambira.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Dr. LUIZ CORDONI JÚNIOR, Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando seus bons ofícios no sentido da VACINAÇÃO CONTRA MENINGITE, seja efetuada também no Município de Apucarana, evitando assim o aparecimento de novos casos no Norte do Estado.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Luiz Antonio Velozo de Souza, DD. Diretor Geral do B.N.H., para que tome as medidas que se fizerem necessárias quanto à liberação de construção de 50 casas populares no Município de

Santa Fé.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. DENI LINEU SCHWARTZ, MD. Secretário dos Transportes do Estado, para a possível construção do Terminal Rodoviário de passageiros de Sabaúdia.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à professora Lilian Anna Wachowicz, MD. Diretora Superintendente da FUNDEPAR — Fundação Educacional do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, solicitando a construção da Escola Nossa Senhora da Salete, no Município de Borrazópolis, devido as precárias condições que a mesma oferece para o funcionamento.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Orçamento Municipal de Borrazópolis não possui meios de construir a Escola Nossa Senhora da Salete que funciona numa igreja do mesmo nome, localizada na "Fazenda Pisa".

Atualmente com trinta (30) alunos, atende dois turnos diários, matutino e vespertino, num constante trabalho educacional.

O prédio em questão, construído em madeira, está em péssimas condições, com frestas nas paredes, goteiras e assoalho esburacado, necessitando de imediata construção de novas instalações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Deputado Deni Lineu Scheartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma passagem de gado na Rodovia PR - 340, que liga Santo Inácio a Jardim Olinda, na localidade denominada Fazenda Vajão.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia PR - 340, que faz a ligação de Santo Inácio a Jardim Olinda, divide a Fazenda Vajão, próximo ao Município de Itaguajé.

O transportes de gado da propriedade de um lado para o outro, torna-se quase impraticável pelo tráfego constante de veículos na área, colocando em risco a vida dos animais e dos próprios condutores, além de prejuízos de ordem material.

A construção do "bueiro" para o transporte dos animais, viria a facilitar muito, além de prevenir os acidentes que por ventura sucederem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura policial para o Município de Borrazópolis, pela necessidade que o mesmo requer.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Borrazópolis, necessita urgente de uma viatura policial para atender a população.

A viatura em uso encontra-se em péssimas condições de funcionamento e não mais atende ao fim que se destina, necessitando de reparos que, no nosso entender, apenas daria despesas sem atingir o objetivo desejado.

Reequipar a Delegacia do Município de Borrazópolis com uma viatura policial concluiria uma etapa de grande importância para a população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Professora Lilian Anna Wachowicz, MD. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, Fundação Educacional do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, solicitando a reconstrução da Escola no Bairro do Campeiro, sito no Município de Rio Bom, denominada Escola "José de Anchieta".

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Bairro do Campeiro, sito no Município de Rio Bom, possui aproximadamente 800 (oitocentos) habitantes.

A única escola rural que atende o povoado, funciona em dois períodos, de 1.^a a 4.^a séries, totalizando 104 (cento e quatro) alunos.

O prédio onde se instala é construção antiga, em madeira, possui apenas uma sala e encontra-se em situação péssima ao ponto de serem cerradas suas portas.

A população residente no bairro, constitui-se em sua maioria de pessoas carentes que trabalham na lavoura. Seus filhos não possuem condições de se locomover diariamente para a cidade em busca de orientação escolar, razão pela qual solicitamos o atendimento acima mencionado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ary Veloso Queiroz, MD. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, através da Secretaria de Estado do Interior, solicitando a cessão da rede de energia elétrica para a ligação do poço semi - artesiano perfurado recentemente pela SUREHMA no Distrito de Santo Antônio do Palmital, Município de Rio Bom, distante 200 (duzentos)

metros da linha central de energia elétrica.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A SUREHMA, no início do ano, perfurou um poço semi - artesiano no Distrito de Santo Antônio do Palmital, sito no Município de Rio Bom, com a finalidade de abastecer a população com água tratada.

No entanto, a perfuração do poço fica distante da rede central de energia elétrica aproximadamente 200 (duzentos) metros e o mesmo ainda não entrou em funcionamento pela falta de ligação à energia.

A Prefeitura Municipal de Rio Bom se dispõe a fornecer mão de obra e despesas que por ventura surgirão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Superintendente do I.P.E. - Instituto de Previdência do Estado, senhor MAX ROSEMANN solicitando a instalação de uma Agência do Instituto na cidade de São Tomé - Pr., através da Secretaria de Administração.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio para abrigar a Sede da Delegacia de Polícia de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Altamira do Paraná, como é do conhecimento de todos, é um município recém criado e, portanto carente de todos os benefícios necessários ao atendimento de sua honrada população.

A atual Delegacia, encontra-se funcionando em prédio de precária condição, não oferecendo a mínima segurança ao povo altamirense.

Portanto, justifica-se o presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná do documento final da reunião a ELEIÇÕES PARA PREFEITOS NAS ÁREAS DE SEGURANÇA NACIONAL, realizada em Brasília.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Rejeitada a Emenda DANTE DE OLIVEIRA, as atenções da Nação e do Congresso voltam-se para a Emenda Constitucional do Presidente Figueiredo, que propõe o restabelecimento de eleições diretas

nas Capitais dos Estados e nas Estâncias Hidro-minerais, entre outras mudanças. A proposta de Emenda Constitucional, contudo, não trata da situação dos Municípios enquadrados nas Áreas de Segurança.

Os signatários de tal documento, Deputados e Vereadores de Municípios considerados Área de Segurança Nacional, mostram a necessidade de ser eliminada, de vez, da Constituição Federal, o instituto discriminatório que impede que mais de cem comunidades brasileiras possam escolher, nas urnas, os seus Prefeitos.

Não há, até prova em contrário, contradição entre Segurança Nacional e eleições. As comunidades são verdadeiras escolas da democracia, alicerçam os pilares da nacionalidade, pois são as bases da estrutura em que se forma a Nação. Os interesses da Segurança não pode, portanto, importar na cassação da autonomia política do Município, não pode transformar brasileiros em cidadãos de segunda classe, que não podem eleger seus Prefeitos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 131/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Beneficente Hospitalar de Ibiporã", com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 2º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade preenche os requisitos essenciais da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, como bem demonstra a documentação que anexamos ao presente.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares com assento nesta Casa, o devido apoio e posteriormente, sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos hoje registrar a visita que o Sr. Governador do Estado, juntamente com o Sr. Secretário de Saúde que acompanhamos ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Previdência, nesta semana, visita esta motivada pela assinatura do convênio entre Governo do Estado e Ministério da Previdência, objetivando o repasse de recursos financeiros para o atendimento ao menor do Estado do Paraná.

E aproveitando essa solenidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, duas visitas e discussões foram feitas no que diz respeito ao interesse da Saúde Pública do Paraná.

A primeira delas juntamente com o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. Valdir Arcoverde, ocasião em que o Governo do Paraná e nós, na condição de Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia, registramos o agradecimento pelo pronto

envio das vacinas contra meningite, aplicadas no Município de Londrina e região, como todos nós paranaenses estamos acompanhando os seis municípios da região de Londrina enfrentaram nesses últimos dias o início de um surto epidêmico da meningite meningocócica e a integração entre as Prefeituras, Governo do Estado, através de sua Secretaria do setor saúde, juntamente com o Ministério da Saúde, propiciou um episódio que está já no registro da história da Saúde Pública do Estado do Paraná, e ainda nas próximas semanas nós teremos ocasião de, com melhores detalhes, exemplificar o fato inédito na história da Saúde Pública recente, que foi o diagnóstico, avaliação e a decisão e a própria prática das decisões tomadas no curto período de uma semana.

Muito ao contrário, Sr. Presidente e Srs. Deputados do que em outras épocas aqui mesmo no Paraná, se fazia e não deve estar muito distante da memória inclusive aquelas medidas de vacinação intempestivas e sem respaldo técnico como na própria cidade de Londrina, ocorreu há cerca de quatro anos, relativa ao surto de febre tifóide, quando então o Sr. Secretário da Saúde tomou a deliberação precipitada de determinar uma vacinação, sem nenhum respaldo técnico e nenhuma indicação e suporte das próprias autoridades do Governo Federal.

Mas esse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um aspecto do registro que nós queremos fazer aqui hoje, ou seja a competência ou não a demagogia e articulação entre todos os órgãos do setor de saúde que só a seriedade e o compromisso com a saúde do povo pode propiciar.

Por outro lado, nessa mesma viagem, tivemos ocasião de discutir com o Coronel Rebordão, atual Presidente da CEME, Central de Medicamentos, todos os detalhes relativos a essa proposição que a União Municipalista do Paraná, entidade que agrega os municípios do PDS, que insuflados irresponsavelmente por lideranças do PDS, está prestes a colocar em risco o fornecimento de medicamentos a todos os municípios do PDS do Paraná.

Nós ainda teremos na próxima 3ª feira, na Comissão de Saúde da Assembléia, a satisfação de podermos dar espaço ao Dr. Aurélio Regazzo, Prefeito de Nova Aurora, Presidente da UNIPE que não compareceu na última sessão, e que esperamos que nessa reunião, compareça para prestar esclarecimentos.

O risco que está ocorrendo à população residente nos municípios do PDS... (O Sr. Presidente desliga o microfone).

Era esse, Sr. Presidente, o nosso alerta. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná todo deve ter tomado conhecimento hoje, através do rádio, da televisão e dos jornais, das novas taxas cobradas pelo DETRAN, do Governo do Paraná. Baseou-se o Governador José Richa, numa lei aprovada por esta Casa, mas que até agora não foi regulamentada. E se esta lei não foi regulamentada até hoje, o Governador, consequentemente não tinha os meios legais para implantar um aumento tão violento

aqui no Paraná, onde taxas do DETRAN, subiram mais de 4 mil por cento.

A impressão que se tem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a máquina que tira fotocópia no DETRAN, deve ser uma máquina a ouro ou a brilhante, porque uma fotocópia, no DETRAN do Paraná, deve ser hoje a fotocópia mais cara do mundo: 4.530,00 cruzeiros Documento que até sexta-feira passada, custava 671 cruzeiros, 168 e 1.671; um documento que até sexta-feira passada, se pagava apenas 671 cruzeiros no DETRAN, a partir de agora, o Governador José Richa, aumentou essa taxa, pasmem os senhores, de 671 cruzeiros, para 18.130! Um documento que na semana passada era 168 cruzeiros, passou agora uma fotocópia, para 4.530 cruzeiros. E o que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um documento que a menos de uma semana, se pagava no Paraná, se pagava no DETRAN, 1.671 cruzeiros, o Governador José Richa, aumentou para 45.330 cruzeiros. Essas taxas foram reajustadas de acordo com o salário referência, que sobe de 6 em 6 meses. Mas é um absurdo e o povo do Paraná, certamente, aqueles que dependem do DETRAN, estão estarelecidos, com uma violência tão grande, na cobrança de taxas, no nosso DETRAN no Paraná. Eu lamento, e registro aqui o meu protesto, que é o protesto que eu tenho certeza, em nome de todos aqueles que dependem de uma segunda via de emplacamento de carro, daqueles que dependem de um exame de vista, daqueles que dependem de uma fotocópia do DETRAN, e como dizia hoje um cidadão, o Paraná tem que parar. Quando passar perto do DETRAN, certamente alguém vai gritar: pare, porque é um assalto, o assalto do DETRAN; o assalto que este órgão público está perpetrando contra o povo do Paraná e o Senhor José Richa, tem que tomar uma providência; não pode continuar indiferente. Ele que mandou a lei a esta Casa. Mas diante do sacrifício econômico do nosso povo, diante da crise, do desemprego, da inflação, da carístia, o Governador José Richa, não pode permitir, não pode deixar que o DETRAN continue a assaltar o povo do Paraná.

Era só. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito Sr. Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero ler, da tribuna, telex enviado pela Cooperativa Agropecuária de Cascavel, COPAVEL, às autoridades da área financeira do Governo Federal, que fala, solicita providências no sentido da reativação do BNCC.

Ocorre que, com o escândalo da Central Sul, baseado nisto há um claro movimento junto às esferas econômicas do Governo Federal de se desativar o BNCC, que tem sido um órgão de grande importância no auxílio às atividades cooperativistas de todo o Brasil.

Não se pode confundir a ação danosa e dolosa de elementos ligados ao cooperativismo brasileiro, com o todo movimento cooperativista e com este órgão importante para o crescimento do cooperativismo que é o BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativista.

Diz o seguinte o teor do telex:

“Em nome das 9.100 famílias rurais associadas a esta cooperativa e, tendo em mente o importante

papel reservado ao BNCC na consolidação do movimento cooperativista brasileiro, manifestamos vossência estranheza e preocupação quanto à morosidade na determinação de medidas que permitam o seu imediato saneamento e retomada das atividades normais.

A importância do sistema cooperativista, a sustentação do setor agrícola é por demais significativa, não se podendo em consciência, admitir que ações lesivas praticadas por pessoas estranhas ao sistema, coloquem sob suspeição pública a todas as cooperativas, indistintamente. Tampouco podem os agricultores cooperativistas aceitar que um organismo financeiro instituído para o seu amparo, deixe de cumprir suas funções específicas, por razões estranhas aos reais interesses do movimento cooperativista.

Certos de poder contar com o empenho de vossência intercedendo por rápido saneamento e adequação de objetivos deste organismo, de vital importância para as cooperativas brasileiras, subscrevemo-nos. Atenciosamente, Milton Pedro Lago - Diretor Secretário”.

É importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados que no momento em que os únicos instrumentos de apoio à agricultura cooperativista de fazer frente às empresas multinacionais que sempre enfrentaram a comercialização dos produtos agrícolas no nosso Paraná que são as cooperativas, sejam reforçadas e que não se utilize um incidente havido numa central cooperativista do Rio Grande do Sul, para colocar em suspeição toda a atividade importante que exercem as cooperativas no setor de comercialização e do incentivo à produção agrícola no nosso Estado do Paraná, Estado onde se verifica o maior desenvolvimento cooperativista de todo o Brasil, aonde as cooperativas mais cresceram, mais se fortaleceram, mais apoiaram o agricultor brasileiro.

O movimento cooperativista das cooperativas de produção é tão importante que no programa de manejo do solo, no programa de controle da erosão do Estado do Paraná através de microbacias, tem sido preponderante e de fundamental importância a sua ação.

As cooperativas de produção que ainda não se aliaram ao Governo do Estado, nos municípios de sua ação, não surgiu ainda a movimentação para conservação do solo através das microbacias.

Portanto, é um instrumento indispensável para o fortalecimento da agricultura do Estado, o fortalecimento do cooperativismo. E não podemos, portanto, aceitar que se extinga pura e simplesmente este instrumento de apoio às cooperativas, que sempre foi o BNCC.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavras ao orador inscrito no Pequeno-Expediente, Sr. Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê):

“O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o Plenário, solicitar as providências para que o acesso rodoviário, que interliga

a BR-272 aos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte e República do Paraguai, possa ser melhorada e que a segunda pista de acesso seja asfaltada.

Técnicamente, a situação atual não é recomendável, pois estará sujeito a acidentes sucessivos nesse trajeto do acesso rodoviário.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984”.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para abordar um assunto que diz respeito à construção de um acesso rodoviário, que interligará a BR-272 aos Estados de Mato Grosso do Sul e do Norte e República do Paraguai.

Lutamos juntamente com o Prefeito Municipal e Vereadores de Guaíra, e por várias vezes reiteramos, solicitamos providências do Governo, do Sr. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, no sentido de que esse acesso rodoviário, de âmbito internacional, fosse executado.

Reconhecemos a excelente administração desenvolvida pelo Deputado Deni Lineu Schwartz, atual Secretário de Estado dos Transportes e digníssimos diretores. Todavia, estamos frustrados com o resultado alcançado.

Embora toda a atenção do Excelentíssimo Sr. Secretário fosse dispensada, no entanto Guaíra que é considerado o segundo Porto Fluvial do País, com três atracadouros construídos pela Itaipu binacional, o acesso rodoviário. Não satisfaz as exigências e necessidades do intenso movimento rodoviário que lá existe.

O acesso rodoviário com percurso de 3.000 metros, sendo 1.200 metros de percurso em zona divisória do perímetro urbano com as barrancas do Rio Paraná, e outros 1.800 metros no perímetro urbano, atingindo quatro a cinco vias públicas, sendo todas as vias de duas pistas.

Conforme estatísticas já realizadas pelo DER de Mato Grosso do Sul, informadas pela Itaipu binacional, confirmam a previsão de trânsito e de 4.000 veículos diários, que tráfegarão por esse acesso rodoviário com destino ao Porto de Paranaguá e outras cidades do Paraná e do País. Carretas, caminhões de porte médio, terão dificuldade, ao transitar serão forçados a manobras não recomendáveis, pois existem no percurso do perímetro urbano, mínimo de três esquinas com curvaturas perigosas e intenso movimento. O perigo acentua-se mais com desníveis de 1 a 1,80 metros entre as duas pistas, uma asfaltada e outra não, desativada.

Técnicamente esse acesso rodoviário, que foi construído pelo DER, é condenado.

Uma rodovia, embora considerado acesso, de âmbito nacional e internacional, com um volume de transporte intenso e incalculável, servindo aos Estados de Mato Grosso do Sul, Norte e República do Paraguai, que para cá transitam. Não temos argumentos, não se concebe que isso esteja ocorrendo, demonstra, embora não cremos que seja uma discriminação política ao Município de Guaíra, por lá exercer o mandato de prefeito, um homem do PDS.

Confiamos na decisão governamental e apelamos para que o acesso rodoviário de Guaíra, seja melhorado com a construção asfáltica da segunda pista”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Foi muito feliz o nosso companheiro de bancada, Deputado Antônio Belinati, ao abordar o aumento extorsivo e abusivo das taxas do DETRAN.

Isto vem, mais uma vez provar que a determinados órgãos não se pode dar autonomia administrativa, como se fez ao DETRAN, porque a população recebeu, revoltadíssima, essas taxas.

Apenas para, e já foi objeto do pronunciamento do nobre Deputado Belinati, mas apenas para citar um caso, eu tenho aqui, em mãos, duas taxas referentes a uma certidão de multas. O cidadão requereu no dia 31 de maio, pagou Cr\$ 336,00 no dia 1.º de junho, 24 horas após, pela mesma certidão, foi cobrada a importância de Cr\$ 27.500,00.

Nós fizemos um requerimento hoje, fazendo um apelo ao Governador José Richa, para que ele determine a imediata revisão das taxas que estão sendo cobradas pelo DETRAN.

Faço também, nesta oportunidade, um apelo à Liderança do PMDB, nesta Casa, para que dê apoio ao nosso requerimento e converse com o Sr. Governador, porque não é possível um aumento — nós aceitamos, sabemos que as taxas do DETRAN estavam realmente defasadas, elas careciam de um reajustamento, mas esse reajustamento tem que ser gradativo, não pode ser abruptamente como foi aplicado, chegando até a 4, 5 mil por cento de aumento. Nós sabemos que a situação econômico-financeira da população é muito difícil. Evidente que não cabe nenhuma culpa disso ao atual Governo do Paraná, mas lhe caberá culpa, daqui para frente, se continuar agravando ainda mais as condições de vida do povo paranaense.

Outro requerimento que encaminhamos à Mesa, também, Sr. Presidente, é fazendo um apelo ao Governo para que determine ao Sr. Secretário de Saúde Pública, o imediato reinício das vacinações anti-rábicas, porque, na realidade, a população está desprotegida, porque neste atual Governo elas foram suspensas. Felizmente ainda não ocorreram casos de contaminação pela raiva canina, mas não podemos esperar o fato acontecer. Acho que este alerta deve ser feito ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Saúde Pública.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Eu não gostaria de abordar este assunto, mas também não posso deixar passar em branco. Acontece que no dia 7 do mês passado, o Sr. Deputado Roberto Requião ocupou a tribuna em pronunciamento que nada realça a justiça e a realidade com que devem ser tratados aqui, quaisquer

informações e quaisquer debates de interesse público.

Eu disse, no início, que não desejaria ocupar a tribuna para tratar deste assunto, mas não posso deixar transitar em julgado conceitos injuriosos a uma classe laboriosa que muito tem contribuído para que Curitiba se destaque entre as demais cidades brasileiras. São conceitos injuriosos e o que é pior, maliciosamente distorcidos pelo Sr. Deputado Roberto Requião.

Eu quero colocar, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, alguns reparos capazes de restaurar a veracidade em determinados pontos daquele pronunciamento do Sr. Deputado Roberto Requião. Ademais, sinto-me particularmente afeito a testemunhar todos os aspectos da vida do transporte coletivo, digo, do transporte público em nossa Capital, mormente os percalços, as dificuldades que hoje corroem as empresas do setor, como corroem, de modo geral, as atividades empresariais em nosso País no momento em que, envolvidas nas teias dos problemas econômicos, buscam por um lado a sua sobrevivência, e por outro, a oferta de uma retribuição digna a milhares de trabalhadores e de famílias que deles dependem.

Curitiba — não é segredo para ninguém — se orgulha de prestar o melhor transporte urbano do País e de possuir a menor tarifa de transporte urbano do País. A isso, sob sofisma nenhum, sob pretexto nenhum, pode chamar-se espoliação.

Oxalá o pronunciamento do nobre Deputado pudesse ter se contido nos limites já ousados de suas diatribes jocosas ter-me-ia poupado o trabalho que agora faço de corrigir alguns dados incorretos, provavelmente oriundos da desinformação ou do desconhecimento do assunto que trata.

Não creio que se o nobre Deputado Roberto Requião estivesse perfeitamente afeito ao assunto, se ele tivesse estudado minuciosamente o problema, ele pudesse fazer as afirmações distorcidas, destituídas de toda verdade, como ele fez nesta Casa uma delas, ele afirma que a Receita do Transporte Coletivo, em 84, deverá atingir 60 bilhões de cruzeiros.

Está aí uma informação incorreta, não sei se maliciosamente colocada, ou se por ignorância no assunto, porque a receita não atingirá 40 bilhões de cruzeiros, o que implica num equívoco correspondente a 1/3 do valor total.

Ao se referir aos itens depreciação e remuneração de móveis, máquinas e utensílios constantes da planilha tarifária do Município de Curitiba, o nobre Deputado, ironicamente — como é do seu feitio — referiu-se à escrevaninha dos antepassados”.

Cabe aqui ressaltar que este item abrange coisas sérias, como máquinas, ferramentas, máquinas de lavagem de veículos, aparelhos telefônicos, prensas, tornos, ferramentaria especial, elevadores para ônibus, motores elétricos e tudo o mais que constitui toda a parafernália

de uma oficina encarregada de dar manutenção condigna com o serviço público.

É lamentável que na melhor das hipóteses, o desconhecimento leve homens de responsabilidade, como deve ser um Deputado, a afirmações distorcidas, e pior do que distorcidas, lamentavelmente tendenciosas.

Além do mais, a depreciação de todos esses equipamentos representa um custo por quilômetro de 29 cruzeiros, o que significa um total de área de 58 mil e 20 cruzeiros, e anual, de 21 milhões, 177 cruzeiros, e não 42 milhões, como afirma o nobre Deputado, num pequeno equívoco de 50 por cento do valor geral.

Quer dizer, se quer criticar, use números verdadeiros, não distorça fatos, não traga inverdades a esta Casa.

Além disso, acrescenta-se que, a partir deste mês de junho de 84, com a aprovação da nova planilha para o transporte coletivo, executada por uma Comissão de Alto Nível, determinada pelo Prefeito Maurício Fruet, esse custo será o de verificação em balanço do imobilizado técnico das empresas, o que acarretará uma depreciação maior, e conseqüentemente maior remuneração para este item, do que hoje existe, merecendo desde já, um tratamento de justiça, para essa prevista defasagem.

Mais adiante, eu ouço o nobre Deputado chamar de reserva de contingência a um conteúdo que não é reserva nenhuma, já que é, na realidade, custo efetivo.

Na planilha adotada pela Comissão de Alto Nível, determinada pelo Prefeito Maurício Fruet, existe remuneração somente dos itens depreciação, combustível, lubrificante, pneus e câmaras, peças e acessórios, pessoal de manutenção, pessoal de entrada, pessoal de administração, licenciamentos, taxas e remuneração do capital.

É evidente mesmo que quando se quer esconder, que para se operar uma empresa, não bastam os itens acima, necessita-se muito mais. Precisa-se de material de expediente, despesas advocatícias, processamento de dados, assistência médica aos funcionários, conservação de pátios e instalações, uniformes, indenizações de acidentes, e sobre este aspecto eu julgo conveniente acrescentar que, quando o poder público determina o aumento de quilometragem numa linha, num período entre tarifas, o custo deste aumento já está embutido nas contingências.

Até maio de 84 deverá ser pago em contingências um total de 697 milhões de cruzeiros. A partir de junho de 84, com a nova planilha, sai do cálculo o item contingências, e entra o custo real, efetivo dessas empresas.

Mas, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, permito-me ainda caminhar um pouco mais, e eis que reencontro o nobre Deputado Requião, em desvios, em novos deslizos, quando se refere ao Fundo de Expansão, que não é fundo algum, mas sim remuneração do capital de expansão, o que representa apenas nove por cento do custo total.

No passado, em virtude do crescimento vertiginoso da cidade, e da necessidade, às vezes, imediata de colocação e operação de ônibus, para atendimento ao usuário.

As empresas tinham que possuir ônibus, antes mesmo da necessidade de operação. Por isto era remunerada a

expansão.

Entretanto, agora, a Comissão de Alto Nível, retirou da planilha a remuneração da expansão, em virtude do número de passageiros transportado não ter aumentado no último ano, não havendo, pois, a necessidade de expansão.

Diz ainda o nobre Deputado que em editorial de sua autoria, em um pequeno jornal que ele fez circular, aqui inclusive na Assembleia Legislativa, e em toda a cidade, ele divulgou denúncias sobre o transporte coletivo em Curitiba.

O que fez Sua Excelência foi divulgar dados inexatos e afirmações levianas, e por isso é juridicamente responsável pelo dano que porventura venha a causar a quem quer que seja.

Esses arroubos de vedetismo na fase em que já estão aprovadas pelo órgão competente de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba, mudanças equilibradas e coerentes na planilha de transporte coletivo, pode induzir os leitores a pensarem que o nobre Deputado Roberto Requião foi o pai da criança.

Esta é uma postura demagógica e anarquista, que pode gerar descontentamento à população e até uma reação de violência como tem ocorrido em outras capitais do País.

E se isto ocorrer, haverá um único responsável, será o Deputado Roberto Requião de Mello e Silva.

Preocupa-nos, Srs. Deputados, que no dito jornal de denúncias editado por Sua Excelência, venha ele manifestar que a planilha é um "trambique", é mais safada que raposa velha, engana e engorda o preço da passagem com mil malandragens, e como exemplo ele cita inverdades sensacionalistas, tais como: calcula-se o gasto de combustível com a média de consumo de ônibus lotado, e ele anda vazio grande parte do dia. Eu não posso acreditar que isso tenha sido gerado no cérebro de um Deputado, que se diz culto; de um Deputado que tem veleidades em dar lições a todo mundo, nesta Casa. E vem afirmar bobagens destas, aqui? Nem criança do primeiro grau diria uma asneira dessa.

Vejam, repito, calcula-se o gasto de combustível com a média de consumo de um ônibus lotado, e ele anda vazio grande parte do dia.

Ora, Srs. Deputados, a média de consumo foi verificada nas empresas, exatamente por pessoal contratado pelo Departamento de Serviço de Utilidade Pública da Prefeitura Municipal de Curitiba. Em um único dia de trabalho, em todos os ônibus da cidade, incluindo-se as de maior e de menor afluxo, daí extraíndo uma média diária.

Diz ele, entre aspas, em seu jornaleco, "calcula-se da mesma maneira o gasto de pneu e a recapagem, e o povo paga pelo pneu que não foi trocado". Ora, o fato de um pneu não ser trocado não significa que ele não foi consumido. Pois borracha consome-se com o rodar de um veículo até a hora de ele ser substituído.

Pertinente ao assunto eu posso informar que no governo anterior, na Prefeitura Municipal, a vida de um pneu era estimado em 50 mil quilômetros para um

veículo convencional. E na atual administração do Prefeito Maurício Fruet, ele passou para 70 mil quilômetros até maio de 84, e para 85 mil quilômetros a partir de junho de 1984.

Afirma ainda o nobre Deputado que as áreas seletiva de operação, por empresa, tem dificultado adaptação de linhas conforme o interesse da população. Tal assertiva não se coaduna com os fatos, haja vista a recente criação de linhas de interbairros, em que cada empresa opera com horários proporcionais à sua demanda na área seletiva.

É certo que quanto mais pessoas andarem nos ônibus, menor será a tarifa, porém se nas horas de pico tivermos tarifas mais baratas, nos defrontaremos com dois problemas insolúveis: controle do cobrador para se verificar o número de passageiros que pagaram menos e acréscimo ainda maior de passageiros, somente nas horas de pique, agravando a necessidade de mais ônibus para trabalhar poucas horas por dia.

E aí é que está o engano de quem fala pelos cotovelos e que não entende nada do assunto. Porque, se isso acontecesse, a consequência seria um imediato aumento do preço da tarifa, pois o percurso médio anual da frota seria menor. E esse percurso anual é divisor de custos.

Finalmente, eu devo afirmar, face a referências no pronunciamento de Sua Excelência, que julgo legalmente incompetente o poder público, para interferir nas possíveis aplicações de "open market" das empresas de transporte.

Ora, se as empresas auferirem lucros previstos na Constituição, elas podem revesti-los na própria atividade, aplicá-lo em outra atividade, aplicar em "open", dar de presente, porque este é um problema unicamente do empresário. Aqui o que nos interessa saber é quanto custa o transporte à população, o seu custo real, pois é isto o que preceitua a Constituição Federal.

A esse respeito convém ainda acrescentar que a verba de depreciação que é para renovação da frota é recebida diariamente, enquanto o ônibus não é renovado diariamente, e sofre-se no seu preço o impacto da inflação. Se o empresário não aplicar essas verbas, chegará na hora da renovação sem possibilidades de renovar o veículo.

Permito o aparte ao nobre Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — Nobre Deputado, eu não sei realmente, se os dados aqui trazidos pelo Deputado Requião ou os dados apresentados por Vossa Excelência, são os mais corretos, estes ou aqueles.

Mas quero me parabenizar com o Deputado Requião assim como me parabenizo com Vossa Excelência, porque a verdade é que hoje estamos discutindo a planilha do transporte coletivo.

Se alguns dados estão incorretos, o correto é realmente levantar-se o problema e discutir-se, porque hoje o transporte coletivo já é matéria-prima para o trabalho do brasileiro. Pesa muito sobre o salário do trabalhador brasileiro que mora longe do trabalho, via de regra, ele que sempre é jogado para a periferia.

Acho que é importante, Deputado, esta discussão. Importante porque o transporte no Brasil, de uma maneira

geral, tem sido tratado muito sem se aprofundar na questão. Assim é que, quando se fala em ônibus elétrico, fala-se sem se fazer um estudo maior da importância real, da viabilidade ou não do ônibus elétrico. Assim é que temos vários exemplos, Deputado. O transporte de Santos para Manaus era feito de caminhão até Belém, e pela navegação fluvial da Amazônia, pelo Rio Amazonas, de Belém a Manaus, e instalou-se um processo "ro-ro", a navegação marítima e fluvial através de "container", e está liquidando com o transporte rodoviário e com a navegação fluvial da Amazônia, esse transporte marítimo e fluvial.

Mas, por outro lado, o transporte de Rondônia, de Madeira, que era feito para o porto de Belém, através da navegação fluvial, está sendo inviabilizado pela morosidade dos portos e hoje, compensa economicamente trazer madeira de Rondônia, por via terrestre, através de caminhões para o Porto de Paranaguá, é mais vantajoso do que levar por navegação fluvial até o Porto de Belém.

Portanto, não é uma regra geral, dizendo que o ônibus não é o melhor ou que o caminhão não é o melhor, que este ou aquele é o melhor transporte, que o transporte fluvial supera o ferroviário. Isso não é uma verdade. Isso depende da carga a ser transportada, depende da clientela que vai utilizar, depende dos transbordos.

Cada vez que há um transbordo, pode inviabilizar um "modal", pode inviabilizar uma modalidade de transporte; então, não é regra geral que o rodoviário perde para o ferroviário, nem vice-versa, mas o que eu acho importante é que se passe tudo a ser discutido com profundidade.

E se o Deputado Requião, se os números dele não estão corretos, não batem exatamente com os números que Vossa Excelência traz hoje, aqui, ele pelo menos trouxe à discussão um problema que tem sido passado por cima. Discute-se que a tarifa está alta, mas ninguém discute a planilha da tarifa para ver se está correta ou não. Pode até estar correta e quem sabe esteja abaixo, é muito alta para o trabalhador, mas quem sabe seja pouco para o empresário que não pode também ficar se descapitalizando, sob pena de inviabilizar o sistema.

Mas eu acho que é importante o que o Deputado Requião fez, foi a São Paulo na CMTC; foi a Recife na CMTC; procurou trazer dados que pudessem abrir a discussão que eu acredito pelo vosso pronunciamento que foi, em tempo, aberta a discussão aqui na Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Primeiramente agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Agora, a discussão em termos elevados como Vossa Excelência propõe à Casa, é perfeitamente aceitável. O que não podemos admitir é que um membro deste Poder assumo a sua tribuna — irônica e jocosamente — a investir contra homens que há 50 anos vêm contribuindo com o seu trabalho para o bem do mundo.

E esses dados, eu quero ainda esclarecer a Vossa Excelência, não são meus. Os dados trazidos a esta Casa pelo nobre Deputado Roberto Requião, são dele, efetivamente. Mas os que eu trago, eu quero esclarecer

que Vossa Excelência poderá obtê-los no Departamento de Utilidade Pública da Prefeitura de Curitiba, pois foi de lá que eu tirei esses dados. Não é a defesa do empresário, é a defesa da verdade quanto às distorções que foram trazidas aqui, no plenário desta Casa.

É perfeitamente admissível a discussão que trouxe alguns benefícios na planilha dos transportes, muitas questões levantadas pelo nobre Deputado Roberto Requião. Agora há pouco eu acabei de afirmar que o Prefeito Maurício Fruct elevou o tempo de vida útil de um pneu em mais de 50 por cento do que existia no governo anterior do Prefeito Jaime Lerner, que admitia um tempo de vida útil de 50 mil km para um pneu, e hoje, na planilha atual, ele está na ordem de 85 mil km o tempo de vida útil, com um conseqüente decréscimo do custo quilométrico, que vem em benefício da coletividade.

Então, realmente, o transporte coletivo merece indagações profundas, merece o trabalho não só da Câmara Municipal, mas da própria Assembléia Legislativa, do próprio Congresso Nacional, porque hoje, realmente, o que mais pesa depois da alimentação no bolso do trabalhador, é o transporte coletivo.

Eu admito a discussão, mas que se debata num alto nível, que não se desça ao terreno das retaliações pessoais.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Eu agradeço a concessão do aparte e o solicitei apenas para complementar as afirmações do Deputado Mário Pereira que, em síntese, preconiza e com razão, que o debate sobre o transporte coletivo público se faça nesta Casa, na Câmara Municipal e onde for possível.

E complemento esse desejo expresso pelo Deputado Mário Pereira, lembrando a Vossa Excelência e a toda a Casa, que na minha vida de Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, tive oportunidade, de forma insistente até, de solicitar que se fizesse em Curitiba esta discussão.

Infelizmente, nunca foi possível a participação dos Vereadores e de todos os interessados neste debate, com um aprofundamento sobre esta matéria.

Se Vossa Excelência pesquisar nos Anais da Câmara Municipal de Curitiba, Vossa Excelência vai encontrar posições que tomamos no decorrer de 14 anos de vereador. E, infelizmente, não teve respaldo na administração municipal e nem tampouco respaldo na administração da própria Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de um aprofundamento do debate sobre o específico problema do transporte coletivo público em Curitiba, que Vossa Excelência há de convir, tem distorções das mais graves.

Eu lembraria também a Vossa Excelência, o os meus pronunciamentos sobre a pretendida chamada tarifa social que de social não tem nada, é apenas a tarifa única, antissocial, por sinal.

Eu lembraria a Vossa Excelência uma série de pronunciamentos meus na Câmara Municipal, que podem

ser consultados por Vossa Excelência ou por quem quer que seja.

E, apenas para concluir, pedindo escusas pelo aparte demorado, dizendo a Vossa Excelência que não concordo com Vossa Excelência, em dizer que a tarifa em Curitiba é a mais barata. Eu, ao contrário, afirmo que é uma das mais caras do Brasil, porque Curitiba tem a característica de ter as linhas de ônibus mais curtas deste País. E por isso é que as tarifas, quase iguais às de São Paulo, são, isto sim, as mais caras.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência e Vossa Excelência demonstra que também não entende muito de transporte coletivo.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Eu protesto e desafio Vossa Excelência a um debate.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu aceito o desafio de Vossa Excelência.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Pode escolher a hora e o dia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu peço que me assegure a palavra. Eu concedi o aparte e ouvi pacientemente, agora é minha opinião que eu estou dando e não sou obrigado a concordar.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Mas eu não estou aqui para ouvir desaforo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Que desaforo? Dizer que Vossa Excelência não entende não é desaforo. Ou Vossa Excelência é o professor de Deus? Vossa Excelência entende de tudo; é professor de Deus? Quer se meter a entender de tudo?

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência olha de um jeito e eu olho de outro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra.

Sr. Presidente, não entende de transporte coletivo quem diz que linha curta tem que ter tarifa menor do que linha longa, porque o que prevalece na fixação da tarifa é exatamente o aproveitamento do veículo. E muitas vezes a linha longa tem 10 vezes mais o aproveitamento do veículo porque ele lota diversas vezes naquele percurso.

Então não entende efetivamente de transporte coletivo quem faz uma afirmação dessa natureza.

Eu acerto debater esse assunto com o nobre Deputado em qualquer terreno, porque eu também acho que o assunto merece discussão e não se pode impor à população uma tarifa injusta. E a responsabilidade é do Poder Público, concedendo.

E se a tarifa de Curitiba é injusta, a responsabilidade é do Governo do PMDB.

Sr. Presidente, as considerações de ordem técnica eu deixarei de lado.

(TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas três minutos para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o Sr. Deputado que está na tribuna, por cinco minutos, dentro do Horário da Liderança.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu deixaria as considerações técnicas que não são minhas, que são do Departamento Especializado da Prefeitura de Curitiba, para dizer que eu sei que não é fácil explicar idéias e comportamentos em termos unicamente de causas materiais, já que eles trazem intrinsecamente o contingente decisivo da subjetividade.

Mas perguntaríamos: o que quer o nobre Deputado Roberto Requião? Quais os seus objetivos? Políticos? As dúvidas que ele maliciosamente levanta e que jamais poderá provar nos leva a crer ser campanha contra o atual Prefeito, que se decretou tarifas injustas não é digno do mandato.

Está na obrigação o Prefeito da cidade de rebater essas críticas, porque um Prefeito não pode decretar tarifas injustas. Eu pergunto: ou é que o Sr. Deputado Roberto Requião distribuiu o que não é seu, expropriando serviços, ou em consequência, bens de pessoas que há mais de cinquenta anos labutam dezoito horas por dia e uma profissão que escolheram por ser tão digna quanto as demais, e não pode ser agredido na sua moral, como foram pelo Deputado Roberto Requião, talvez seja isso.

O Senhor Deputado Roberto Requião prometeu, antes de sua campanha, tomar o que era dos outros e doar ao povo. Apenas estranhamos que ele não divida o que é seu ou que é dos seus familiares, ao contrário, continua sendo moço rico, berço de ouro, bem apessoado, falastrão, freqüentador de lugares da moda e colunas sociais. Tudo bem! Viva a sua vida. Porém tenha respeito por homens que encaneceram os cabelos no trabalho e não ostentam fortunas estranhas, fabulosas — e o que é mais importante — inexplicáveis.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa consulta à Liderança do PDS se fará o uso do restante do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, por vinte e cinco minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma denúncia de perseguição política ideológica feita pelos atuais detentores do Poder estadual. Desta vez, contra a valorosa classe médica, médicos da região Sudoeste do Estado do Paraná que estão em abaixo-assinado sem coloração político-partidária a exigir que o Governo do Estado tome uma providência para reparar a injustiça praticada com a exoneração, sem justa causa, de uma médica na cidade de Palmas.

Leio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para conhecimento deste Plenário, e faço apelo aos Deputados médicos que possam levar esta grave denúncia ao conhecimento do Secretário da Saúde e ao Governador do Estado para que, de uma vez por todas, ponha paradeiro ao clima de perseguição político-partidária que se instalou no Paraná a partir da vitória

“A Classe Médica Palmense, em reunião realizada aos vinte e três dias do mês de maio de 1984, às vinte horas, decidiu, por unanimidade, manifestar através deste o repúdio, o descontentamento, a perplexidade pelos atos políticos arbitrários, atos estes que se fazem comum ultimamente no setor da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná em nosso Município de Palmas. Manifestamos o mais alto desgosto com tal situação a qual culminou há poucos dias com a demissão, sem justa causa, sem a mínima consideração e sem a mínima explicação racional, da Doutora Mioko Maeda Soares, do Centro de Saúde de Palmas.

Segundo informações as mais desencontradas seria arbitrariedade pura e simples, enfim em nome da prepotência, total falta de respeito e coleguismo, é que se tomou a mesquinha decisão de se demitir a Doutora Mioko Maeda Soares.

A classe médica de Palmas, solidariza-se com a colega Dra. Mioko Maeda Soares e inicia, através deste, a luta para reparação de tal injustiça.

Os médicos de Palmas solicitam dos atuais mandatários políticos, justiça, principalmente de um partido que se diz justo, honesto e democrático.

A classe médica de Palmas toma tal posição unânime e espera a reconsideração desta truculenta medida.

Os médicos palmenses esperam que a pregação política do PMDB seja real e coerente com sua filosofia.

O Sr. Tuguio Setogutte — Permite-me um aparte? (Assentimento).

Nós nos parabenizamos com o seu pronunciamento de hoje Deputado Luiz Alberto, eminente Líder da Oposição nesta Casa, que traz mais uma vez, perante esta Assembléia e o povo do Paraná, apreensão de uma classe médica que realmente está a sofrer, desde os seus primeiros momentos da ascensão do Governo Richa, até hoje, as perseguições que ora são denunciadas e eu trago, nesta tarde, nesta oportunidade, também da cidade de Iporã, um médico que há mais de vinte anos, Dr. Gil, nosso colega, nosso companheiro, um grande amigo, lutador incansável daquela região, que há 22 anos ali reside e prestando serviços ao Estado, por determinação do Diretório Municipal daquela cidade, está sendo transferido para a Capital do Estado.

Nesses momentos que nós lamentamos e convidamos e não apenas convidamos, como apelamos para que, não apenas a classe médica, mas a classe política e hoje os detentores do poder tenham a sensibilidade e não continuem com essas perseguições que só trazem dissabores, desavenças e tornam o governo participativo, democrático, desacreditado para com o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Nelson Vasconcellos — Concede-me um aparte? (Assentimento)

Nobre Líder do PDS, nós estamos atentos, a escutar o seu pronunciamento e como bem escutamos o pronunciamento do nobre Deputado Tuguio Setogutte.

Queremos dizer que o caso do nosso colega, Gil Guerra, não se trata de uma perseguição ideológica, e sim por problema administrativo que foi imputado pela própria Secretaria de Saúde.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência podia me esclarecer se o médico é estatutário ou é celetista?

O Sr. Nelson Vasconcellos — É celetista, mas queremos ainda dizer a Vossa Excelência que nesses vinte anos, a não ser, faço aqui uma ressalva, quando o eminente político e colega meu Arnaldo Busato, à frente da Secretaria da Saúde, principalmente do

Secretário Oscar Alves, que fez da Secretaria da Saúde, principalmente na região de Umuarama, no Distrito Sanitário e nos postos de saúde daquela região, um verdadeiro trampolim político, aonde ele manipulava da maneira que queria, fez e bordou e por isso só não aceitamos essa pecha de que há perseguição na Secretaria de Saúde, achamos que ela hoje, principalmente na nossa região, está indo muito melhor do que foi no governo passado.

Agradeço o aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a explicação que Vossa Excelência dá com relação à transferência de um médico da região que Vossa Excelência faz política, ao lado do seu colega médico, Deputado Tuguio Setogutte. Entretanto, gostaria de esclarecer a Vossa Excelência, Deputado Nelson Vasconcellos, que me honrou com seu aparte e que honrou a classe médica, quando fez referência ao inesquecível Secretário Arnaldo Busato, de que não conheço, no Governo anterior, casos de demissões ou de transferências de médico por problema político. Como Vossa Excelência deve desconhecer. E eu cito um caso da cidade de Palmas, o Chefe do Posto de Saúde de Palmas, é o atual Prefeito Municipal, Dr. José Maria, médico ilustre, dedicado; há mais de 30 anos, médico chefe do posto da Unidade Sanitária da cidade de Palmas. E eu, pessoalmente, mesmo após o Dr. José Maria ter saído das hostes do partido situacionista, não permitiu que ele fosse substituído na chefia do posto médico da cidade de Palmas, sendo ele já candidato a Prefeito pelo PMDB, fazia as suas campanhas de vacinação, de distribuição de remédios grátis, da SEME, ou do Laboratório do Estado do Paraná. E não concordamos com a política do Governo, com a substituição do Dr. José Maria, porque se tratava de um profissional dedicado, cumpridor das suas obrigações e em razão da sua postura, elegeu-se novo Prefeito do Município de Palmas pelo partido de Vossa Excelência. E ele era membro do Diretório do PMDB, candidato a Prefeito do PMDB, exercia as funções de chefe médico do Município de Palmas. E é exatamente nesta cidade, na cidade de Palmas, onde não se fez perseguição à classe médica, que vem por unanimidade, eminente Deputado, toda a classe médica da cidade de Palmas, dizer que o Governo do PMDB está praticando, naquela cidade, uma inominável injustiça contra uma médica exonerada, sem justa causa, apenas porque não se curva à ideologia PEEMEDEBISTA no Paraná. Esta é a prova mais clara de que existe dois pesos e duas medidas. Quando o PMDB está na oposição, não é favorável se exonerar filiados do PMDB. Quando o PMDB assume o poder, é favorável, inclusive a agredir os direitos humanos, evitando que homens e mulheres que não se filiam ao partido dos poderosos de hoje, tenham condições do exercício da sua profissão.

O Sr. Basílio Zanusso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Alberto Oliveira, para Vossa Excelência perceber, e esta Casa também, que suas palavras são fundadas em verdades, e quando Vossa Excelência falou numa injustiça inominável, eu achei oportuno juntar-me à manifestação de Vossa Excelência, nesta oportunidade, para dizer, que a mesma Secretaria acabou de demitir uma senhora viúva, servente, do Posto de Saúde, de Uniflor, uma pequena cidade, viúva, 4 filhos, servente, admitida em 1981; e o motivo, a justa causa, foi a mesma que deu, que substanciou a demissão da médica que Vossa Excelência se refere. Foi ter votado, quem sabe no PDS e não ter se inscrito, assinado a ficha do PMDB.

Apenas, Sr. Deputado, para dizer a Vossa Excelência que fatos como este que Vossa Excelência traz ao conhecimento do Paraná, também se registram na minha região, ainda com injustiça, quando se agride, quando se chega ao lado de uma senhora viúva que nem sabe o que é partido político.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo o aparte ao Sr. Deputado Nelson Vasconcellos.

O Sr. Nelson Vasconcellos — Nobre Deputado Luiz Alberto, nós queremos aqui rememorar tempos idos, tempos do Governo Ney Braga.

Nós tivemos um caso em Maringá, que na época chocou muito mais do que o problema de Palmas, quando lá em Maringá era chefe do Distrito Sanitário o Dr. Antônio Godim Machado, por muitos anos chefe do Distrito Sanitário. E foi exonerado na gestão do atual Deputado Federal Oscar Alves.

E o senhor sabe qual foi a causa dessa exoneração?

Foi porque ele se negou a trabalhar para o Senhor Oscar Alves. Foi exonerado.

Lá em Francisco Alves, exoneraram o Dr. Jorge porque ele saiu candidato pelo PMDB a prefeito. E muitos outros casos que aqui agora não posso lhe trazer, mas lhe prometo trazer, das injustiças cometidas através da Secretaria de Saúde que usou a Secretaria para fazer a política do Senhor Oscar Alves.

Nós sabemos disso, porque lá no Município de Umuarama, qualquer cabo eleitoral andava de sacola de medicamentos a distribuir para o povo, levando o nome do partido de Vossa Excelência, por enquanto, porque tenho a certeza que na reformulação partidária o nobre e valoroso Deputado irá optar por um partido mais autêntico, mais cheio de vigor para podermos juntos trabalharmos e levantarmos o Estado do Paraná, a Pátria brasileira para que possamos ter realmente justiça social; para que possamos ter um país economicamente forte e politicamente democrático.

Falar em justiça agora é muito fácil, mas eu gostaria que vocês rememorassem o passado para ver quantas injustiças durante estes 20 anos foi cometido pelo Governo de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço mais uma vez o aparte do nobre Deputado Nelson Vasconcellos que anuncia, publicamente, o seu desejo de sair do PMDB. Eu ouvi Vossa Excelência, me permita responder.

O Sr. Nelson Vasconcellos — Eu ouvi o seu programa de segunda-feira pela televisão onde Vossa Excelência declarava que iria sair do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência me ouça. O Paraná sabe que não vou participar de um partido como o PMDB.

Portanto, se Vossa Excelência diz que nós vamos estar juntos é porque Vossa Excelência pretende ir para um novo partido político.

Isto, se ocorrer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma reformulação partidária neste País.

É bom que se diga da minha postura. Tenho o exercício da missão de fiscalizar as atitudes governamentais, Tenho sido honrado pela confiança dos meus companheiros Deputados estaduais do partido de oposição. E aqui tenho denunciado os erros e as mazelas da oposição.

Isto faz com que os ilustres Deputados governistas se preocupem muito, mais com a minha posição pessoal, do que com a injustiça, do que com o escândalo, do que com o roubo, do que com o dano que está se causando ao Estado do Paraná.

Espero que os ilustres Deputados governistas tenham a mesma preocupação que têm com a postura humilde deste Parlamentar com relação aos escândalos que estão grassando no Governo PT, PMDBISTA no Paraná.

Mas, respondo ao Deputado Nelson, com relação às colocações que fez quando disse que... o Dr. Antônio Goudinho foi exonerado da Secretaria da Saúde. Sua Excelência esqueceu de dizer, esqueceu de dizer que o Dr. Antônio Goudinho foi dispensado das funções de Chefe do Distrito Sanitário da cidade de Maringá, enquanto eu trago aqui, uma denúncia de exoneração, sem justa causa, o Deputado Nelson Vasconcellos pretende contrapor a este argumento a simples dispensa de uma função de confiança do Governo do Estado!

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o mesmo peso e a mesma medida, quantos médicos, quantos cargos de confiança o regime do PMDB trocou no Paraná? Em nenhuma delas houve reação da Bancada da Oposição, porque entendemos que cargo de confiança é privativo do Governador do Estado. Agora, absurdo é o Governo do PMDB exonerar médicos simplesmente porque não se curvam à vontade dos poderosos! Esta é a diferença entre os governos passados e o de hoje, se agride a possibilidade livre que tem qualquer trabalhador de exercer a sua função, apenas em nome do patrulhamento político e ideológico! E vejam, Sr. Presidente, e vejam Srs. Deputados, que esta denúncia que faço e que me permito concluir-la vem assinada por quem? Por todos os médicos da cidade de Palmas! O primeiro subscritor deste pedido quem é? É exatamente o Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, Prefeito do PMDB! Não se trata de interesse político-partidário, mas se trata da justa revolta da população de Palmas, cidade histórica, heróica, cujos brasileiros que lá residem não se curvam, não se amedrontam, não se apequenam aos poderosos de hoje, que no passado diziam que lutavam por justiça social, mas que no Governo se lucupletam às custas de empréstimos em dólares e usam o Poder, para massacrar os seus adversários políticos!

Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, CRM 74, um dos médicos, provavelmente mais antigos, inscritos no Conselho Regional de Medicina, e solicito, Sr. Presidente que deste meu pronunciamento se dê conhecimento também ao Conselho, ao Sindicato dos Médicos, pois que, as exonerações e as perseguições PT, PMDBistas, não acabaram ainda no nosso Estado, apesar da verdadeira "caça às bruxas", que se efetuou em todo o Estado do Paraná, em todos os municípios do Paraná, contra funcionários humildes, conforme denunciou o Deputado Basílio Zanusso, e médicos dos mais respeitados; seja da Secretaria do Estado, na Capital, seja dos diversos rincões do Paraná.

Dr. Anísio de Jesus Bello Vieira, outro médico ilustre, capacitado daquela cidade. Dr. Erasmo Tangui, Dr. João Ferreira de Almeida, Dr. Marco Guerra, Dr. Rui Carlos de Bittencourt, Dr. Ailton Maciok, Dr. Renato Soares, Dr. Vantuil Ernandes, Dra. Elisa Marlene Luzini e Dr. Reinaldo Loyola. É unanimidade dos médicos palmenses revoltados naquela cidade do Paraná, também, com a perseguição e com a exoneração.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Jorge Amin Maia Filho.

O Sr. Jorge Maia Filho — Nobre Deputado. Na realidade, as considerações do Deputado Nelson nos trazem saudades

quando ele dizia que no tempo do Secretário Oscar Alves, os Chefes ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado, e concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Jorge Maia Filho — Relembra-me, em Apucarana, o

Chefe do Distrito Sanitário que era um dos mais competentes do Paraná, com a eleição e a vitória do PMDB, foi mandado à rua. Só para lhe dar um exemplo: desde a eleição do PMDB, com a injustiça que foi feita a esse médico, nenhum médico de Apucarana quis assumir o Distrito Sanitário. O PMDB foi buscar um médico em outro município; ficou por lá 2 meses; foi também mandado embora. Trouxeram uma médica de outro município; também foi mandada embora; e agora nenhum médico da cidade quer assumir o posto do Distrito Sanitário daquela cidade. Estão indicando — por incrível que pareça, nobre Deputado — um dentista para a chefia do Distrito Sanitário em Apucarana porque nenhum médico quer assumir o posto devido às perseguições que estão fazendo, através do PMDB, na área da saúde.

Infelizmente, eu não poderei continuar o aparte; agradeço a Vossa Excelência e em outra oportunidade farei uso da palavra. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O Sr. Caíto Quintana — Por 6 minutos, o Deputado Rubens Bueno, e, por 8 minutos, respectivamente, os Deputados Fiori Luiz, Osvaldo Alencar Furtado e Márcio Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa encarece ao nobre Líder, para que o tempo concedido aos Srs. Deputados, nesse horário, sejam de 5 ou 10 minutos; não há como a Mesa fracionar esse tempo, porque não há como controlar.

O Sr. Caíto Quintana — Cinco minutos o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno, por 5 minutos.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Município de Sertãoópolis completa hoje 50 anos. Nós fizemos um requerimento a esta Casa pedindo que se consignasse na ata dos trabalhos da sessão de hoje votos de congratulações ao Município de Sertãoópolis pela passagem do seu 50.^o aniversário de emancipação política e administrativa.

Criado pela Lei n.^o 1931, sua instalação nesse mesmo dia, mês e ano, desmembrando-se do Município de Jataizinho. Graças à potencialidade verificada quando da vinda dos seus primeiros pioneiros que lá iniciaram desmatamento para extração de madeira, construindo as primeiras residências e casas comerciais que iniciaram a formação dos primeiros povoados. Desde então, na medida que eram instaladas as primeiras serrarias, aliado a tais atividades, começavam a surgir diversas áreas de cultivo agrícola, cujos resultados serviam para comercialização a nível local e até mesmo fora de lá.

Nos dias de hoje, o Município de Sertãoópolis conta, segundo

dados de pesquisas do censo de 80, com uma população que ultrapassa 16 mil habitantes, sendo pouco mais de 7 mil na zona urbana, e mais de 8 mil distribuídos na zona rural. E que, sem dúvida alguma, aquela cidade tem um papel dos mais importantes no processo desenvolvimentista, não somente relacionado à região que pertence, mas também no âmbito estadual, nacional, no que diz respeito à agricultura, pecuária, sustentáculos sócio-econômicos.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar aqui, que eu acabo de chegar de Sertãoópolis, e na noite passada, foram homenageadas diversas autoridades, que por lá residiram e até nasceram. Esteve lá ontem, ainda hoje, o Deputado Federal José Tavares, os Prefeitos de Rancho Alegre, Geraldo Santos da Silva, de Bela Vista do Paraíso, Geraldo Cardoso, de Ibiporã, Daniel Pelisson. São filhos de Sertãoópolis, o Prefeito de Manoel Ribas, Valentin Dalsin, de Umuarama, Antônio Romero Filho, de Jataizinho, Armando Pavão. E também residiram em Sertãoópolis, o Prefeito de Peabiru, Nelson Proença, e o Prefeito de Rolândia, Eurides de Moura, Presidente da AMEPAR.

Além destes, o Diretor Estadual do DETRAN do Paraná, o Dr. Francisco Deliberador Neto, e ainda o Vereador mais votado, no Município de Araruna, pelo PMDB, Gervásio Zanuto.

E hoje, ainda pela manhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esteve lá entregando à comunidade local o acesso que liga a rodovia até o centro da cidade numa extensão de 1.100 metros, em pista dupla, uma obra que custou 89 milhões de cruzeiros aos cofres do Estado, e que esteve presente o Secretário dos Transportes, o Deputado Estadual Deny Schwartz, e também o ex-Deputado, Diretor do DER, Darcy Deitos.

Queria também aqui registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que nós apresentamos no ano passado, exatamente no dia 24 de maio de 83, quando reivindicamos aqui, através desta Casa, e com apoio das Bancadas do PMDB e do PDS, o asfaltamento da Rodovia PRO-90, que liga Ibiporã - Sertãoópolis - Bela Vista do Paraíso.

Fizemos este pedido no ano passado, e agora, no dia de hoje, o Secretário dos Transportes anuncia que já está dentro da programação do BID 3, cujo empréstimo deverá chegar nos próximos dias a esta Casa, a proposta para que nós aproveamos um projeto de lei, incluindo este trecho, dentro deste plano do BID 3 que vem um empréstimo externo para a construção de rodovias alimentadoras.

Além disto, no dia 8 de março de 84, tivemos uma audiência com o Sr. Governador do Estado, acompanhado do Prefeito Municipal de Sertãoópolis, José Aparecido Rafaeli, e o Presidente do PMDB, Hamilton Teixeira Martins, ex-Prefeito daquele município, e também o Presidente da Câmara Municipal e diversos Vereadores, no dia 8 de março deste ano, quando nós, num roteiro que levamos ao seu conhecimento, as reivindicações daquele município. Entregamos ainda, naquela ocasião, a recuperação do acesso à cidade que foi entregue, hoje, pelo Secretário dos Transportes e pelas autoridades que eu já aqui nomeei.

Desta forma, queria registrar e parabenizar o Município de Sertãoópolis pelos seus 50 anos, que se comemora nesta data. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Por 5 minutos, o Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna para cobrar dos governos estadual e

federal uma solução para o problema da usina central do Paraná, de Porecatu, de propriedade dos Irmãos Atalla.

O relatório da Comissão Especial formado o ano passado, até agora foi totalmente ignorado. Ninguém buscou uma solução definitiva para o grave problema que se arrasta há muitos anos. O monopólio dos Atalla tem gerado tensão social em toda a região de Porecatu, e a qualquer momento, poderemos ter graves distúrbios, pois a capacidade de tolerância dos trabalhadores já se esgotou há muito tempo.

Em abril do ano passado, quando a Comissão Especial concluiu o relatório, a dívida do grupo, somente no Paraná, atingia perto de 20 bilhões de cruzeiros, 14 bilhões no BADEP, 3 bilhões e 400 milhões do BANESTADO, e 2 bilhões e 400 milhões na Secretaria de Finanças.

Ontem, tivemos a informação de que a dívida do grupo Atalla, hoje, atinge a 80 bilhões de cruzeiros, dívida junto aos órgãos públicos, do Governo do Paraná. E essa dívida cresce 12 por cento ao ano. É um dado estarrecedor, porque esse total representa praticamente 10 por cento do orçamento do Estado.

No relatório da Comissão no ano passado, sugerimos que o Governo tomasse uma série de medidas, entre as quais a execução sumária de todos os débitos vencidos. O Banestado chegou a comentar sobre a execução. Ocorre que a garantia real da dívida é bem inferior ao montante a ser executado. E na ocasião o ex-Secretário Garanhão, tentou de todas as formas encontrar uma saída que não viesse em prejuízo ao tesouro do Estado, e tudo parou aí. Ainda no relatório encaminhado às autoridades ao ano passado sugerimos, juntamente com o Deputado Paulo Furiatti, outras medidas como, a intervenção, a falência, com execução dos débitos e posterior pedido de autorização judicial para que a usina permanecesse em funcionamento, ficando o Estado como síndico; transformar a empresa em cooperativa com gestão participativa, e também a criação em Porecatu de uma Junta de Conciliação e Julgamento.

A grande preocupação, Sr. Presidente, é com relação a possíveis conflitos sociais, uma vez que os trabalhadores da usina de Porecatu estão à míngua. E conseguimos ali, uma pesquisa realizada, provar que 70 por cento das crianças, filhos dos trabalhadores, apresentam sintomas de subnutrição crônica, e a alimentação básica destas crianças em Porecatu é bagaço de cana.

Se medidas não forem tomadas com urgência, será impossível evitar distúrbios violentos, pois os trabalhadores não têm mais a quem recorrer. Lá na região a fome fala mais alto, e a legislação brasileira deveria amparar os direitos destes trabalhadores famintos. Acontece que a Delegacia Regional do Trabalho está completamente omissa, não cumprindo com suas obrigações incluindo aí o Gal. Adalberto Massa.

O grupo Atalla é um grupo explorador que sacrifica os trabalhadores na indústria e no corte de cana. É uma das famílias mais ricas do mundo, às custas da miséria, do sofrimento de mais de oito mil trabalhadores. Desde 1978 que o grupo não recolhe fundo de garantia, não respeita ninguém, obriga os trabalhadores a comprarem com vales do mercado da usina, cobrando preços bem acima do normal. É o regime de escravidão, de fome, é a lei da chibata, no lombo do coitado do miserável do trabalhador.

Hoje o grupo ri dos credores, sentou em cima da dívida e deixa rolar juros sobre juros. Os credores é que se preocupam em administrar essa dívida de 80 bilhões de cruzeiros.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Liderança concede

mais 3 minutos ao orador que está na tribuna.

O SR. FIORI LUIZ — E o Governo Federal é o grande culpado, pois sempre liberou financiamentos sem nenhuma fiscalização. Muita gente alta do Governo Federal se locupletou, muita gente que foi e é do Governo Federal. As autoridades constituídas de Porecatu, por outro lado, são coniventes. Tem muita gente de Porecatu no bolso dos Atallas. O grupo compra a tudo e a todos.

Nós já reafirmamos por várias vezes desta tribuna: o lugar do grupo Atalla é na cadeia, e junto com ele, todos aqueles que levaram dinheiro para liberação de recursos, e um dos grandes culpados disso tudo é o Sr. Ministro Delfim Neto, já que o Governo Federal não tem interesse em resolver, o Governo do Estado terá que buscar uma solução com urgência, antes que tenhamos conflitos violentos envolvendo os 8 mil trabalhadores da Usina Central do Paraná, de Porecatu, que, na realidade, passam fome, não há alimentação; não há salário, porque o salário é pago através de vales, e com estes vales o cidadão paga duas vezes mais o quilo do feijão e do arroz no mercado que é de propriedade desse grupo corrupto, fascínora e criminoso, que é o grupo Atalla.

Vamos exigir pessoalmente do Sr. Governador medidas para sanar o problema seriíssimo, social que grassa em Porecatu, e também nas cidades de Centenário, Florestópolis, Lupionópolis e outras; Centenário, onde residem os trabalhadores da Usina Central.

É preciso uma solução antes que os trabalhadores, e eles já ameaçaram, botem fogo nos canaviais e botar fogo na Usina Central do Paraná, de Porecatu. Se o Governo não tomar medidas, estas ameaças se concretizarão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A política das Artes Plásticas no Estado do Paraná, há tantos anos, marcado pelo signo do poder e da dominação, arrastou-se numa esteira de protecionismo onde os mesmos de sempre elegiam os poucos bons para muitos eventos e os “papas” oficializavam estilos (com anos de atraso) excluindo a participação dos autênticos agentes de mudança. O êxodo de artistas, o estigma de proscrito daqueles que resistiram à carga de indiferença, criaram uma capa de padronização e subserviência ao eixo Rio São Paulo, abandonando uma ação fundamentada nas nossas mais legítimas manifestações culturais.

O reconhecimento tardio, as “exposições de remorso” e as homenagens póstumas tiveram destaque em nossos órgãos oficiais, a atitude de mudança encontra ainda resistência à sombra dessa autocracia.

A súbita e inexplicável exoneração de MARIZA BERTOLI do cargo de Diretora do Museu de Arte Contemporânea, no momento em que rompia com os esquemas estratificados da arte oficial e, com muita coragem, vinha desenvolvendo um trabalho em função da participação efetiva do artista, na política de atuação da Secretaria da Cultura, através de uma infra-estrutura sólida, fundamentada no respeito às características dos movimentos artísticos nascentes, nas diversas regiões, surpreendeu a crítica especializada e a comunidade artística.

A indicação de pessoa não especializada e ainda com o agravante de envolvimento em mercado de arte, o que constitui duplo impedimento ético, para o cargo de Diretor do Museu de Arte

Contemporânea, causou estranheza e motivou protestos veementes da comunidade interessada. A Associação dos Artistas Plásticos do Paraná, reclamou seu direito de opinar, tendo não só impedido a nomeação da pessoa já indicada, mas conquistando a possibilidade de participar na escolha de quem deverá, agora com mais autonomia, dirigir a política de Artes Plásticas no nosso Estado.

No último dia 26, reunidos em Assembléia Geral, no Auditório de Música e Belas Artes do Paraná, a APAP, tornou público o documento relativo à plataforma mínima de trabalho exigível, para atender os anseios da classe e elaborou, através de eleição entre seus associados, a lista triplíce de candidatos à Direção do Museu de Arte Contemporânea do Paraná, que será encaminhada à Secretaria de Estado da Cultura e Esporte.

Felizmente, a Assembléia, ao escolher Elizabeth Titon, impediu que o Secretário de Cultura e Esporte cometesse um erro grosseiro contra os artistas plásticos do Paraná.

E, nesta oportunidade, nos solidarizando com os artistas plásticos do Paraná, devemos registrar um voto de louvor à ex-Diretora do Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Marisa Bértoli, ao tempo em que desejamos para Elizabeth Titon, o trabalho profícuo, moderno e competente que lá vinha sendo praticado por Marisa Bértoli.

Todos sabemos das dificuldades de conhecermos a cultura do Paraná, todos sentimos a necessidade de conhecer a cultura e as obras artísticas do Paraná. E se diz por aí que muitas das obras de arte, que deveriam compor o acervo cultural do nosso Estado, foi roubado ou foi surrupiado por muitos que por aí passaram. Nessa esteira, atendendo solicitação dos artistas do Paraná, principalmente de Curitiba, é que fazemos hoje uma solicitação de que seja publicado um inventário do acervo de bens culturais no Estado do Paraná, o registro das baixas acusadas à Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte.”

Lerei o requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, seja publicado o inventário dos Bens Culturais tombados no Estado do Paraná, bem como as baixas registradas até a presente data, através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, órgão deliberativo e executivo da Lei nº 1211 (de 06 de setembro de 1953) de Proteção aos Bens Culturais do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

A sangria que a nossa Memória Cultural tem sofrido, seja pela natureza das intervenções de restauração, quase sempre inadequadas, seja pela omissão de responsabilidade ou pelos roubos, cujo resgate se torna inviável dada a falta do registro técnico mínimo para tal.

O direito inalienável que tem a comunidade de tomar conhecimento desse patrimônio público, que constitui o referenciável tangível de sua identidade cultural.

O direito e o dever que tem a comunidade de participar na atuação dos órgãos governamentais, que detêm a tutela destes Bens Culturais;

— Participando das decisões que demandem

intervenção efetiva, dita de Conservação e Restauro, sobre estes Bens Culturais."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A respeito da denúncia da demissão da médica de Palmas, nós só comunicamos à Liderança do PDS que esperamos a sessão de amanhã, para podermos apresentar as justificativas do Governo. Na medida em que a documentação que o Deputado Luiz Alberto apresenta, segundo contato feito agora há pouco, também é do conhecimento da Secretaria e a única informação, não havia condições de aprofundar os detalhes, mas, a exclusão de qualquer conotação político-partidária nesta demissão, eu creio que a própria documentação já exclui. Na medida em que o próprio Prefeito do PMDB assina esse documento. E, a notícia ainda não confirmada, de que houve um pedido administrativo da chefia do Distrito Sanitário sediado em Pato Branco, relativa a essa medida.

Mas de qualquer forma, esperamos que, amanhã, possamos com mais detalhes, apresentar o motivo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência, me concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência a presteza das informações que Vossa Excelência traz a esta Casa, e aguardo, amanhã, o pronunciamento oficial da Secretaria de Saúde.

Entretanto, quero, para esclarecimento de Vossa Excelência para que Vossa Excelência possa dialogar com a Secretaria de Saúde, passar às mãos de Vossa Excelência uma cópia do manifesto, onde, claramente, se faz referência ao problema de ordem político-partidária, no Município de Palmas. E esclareço ainda a Vossa Excelência, que o Chefe do Distrito Médico de Pato Branco, é o Presidente do PMDB local. Para que Vossa Excelência tenha esses dados e Vossa Excelência possa trazer uma informação fidedigna colhida na Secretaria da Saúde para esclarecimento da opinião pública do Estado. Congratulo-me com Vossa Excelência pela presteza demonstrada.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Aproveitando a boa vontade de Vossa Excelência, desde que Vossa Excelência vai entrar em contacto com a Secretaria de Saúde, eu queria que Vossa Excelência pudesse também trazer uma resposta a este Deputado, o porquê o Distrito Sanitário da Cidade de Apucarana, já passaram três médicos, dois médicos e uma médica e hoje não tem ninguém na chefia e isso no curto prazo de um ano. E porque também no Posto de Saúde não existe um médico responsável pelo posto na cidade de Apucarana. Eu pediria a Vossa Excelência, se for possível, e agradeceria.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Pois não, nobre Deputado.

Se possível, amanhã. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa intenção é justificar o requerimento encaminhado hoje à mesa, em que solicitamos providências imediatas na área da Secretaria de Educação

do Estado, e sem especial da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, cuja diretoria já foi comunicada pessoalmente por este Deputado, Gilberto Carvalho, membro da diretoria, da atual diretoria da campanha, relativa à atual Direção da Escola da Campanha sediada no Distrito de Itamarana, Município de Londrina.

Esse nosso requerimento justifica em função de estar ocupando ainda a direção daquela escola um cidadão com o nome de Renato Silvestre de Araujo, que por todos os dados e por todos os anexos que encaminhamos, está desqualificado para se manter à frente da direção dessa escola. O Sr. Renato Silvestre de Araujo, ex-Vereador da Arena em Londrina, ex-Diretor da Penitenciária de Piraquara, tem um extenso dossier, e que só para destaque nós mencionamos: (Lê dossier da justificativa do requerimento).

Esse é o dossier, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Sr. Renato Silvestre Araujo, que ainda ocupa o cargo de direção da Escola Cenecista de Itamarana, e que apesar de já ter sido encaminhado pela comunidade de Itamarana essa documentação e diante já de apelos nossos anteriores, vem, continua à frente da referida escola para descrédito não só do ensino como em especial da própria Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, cujo assunto há tempos eu tive oportunidade de comentar com o nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu não pude ouvir o pronunciamento de Vossa Excelência desde o início, mas pude ouvir as últimas palavras quando faz referência ao diretor de uma escola de Itamarana, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Como eu já informei em outra oportunidade a Vossa Excelência, esse diretor é indicado pela comunidade local, pelo setor local. E se existe, se pesam essas acusações sobre este diretor, solicito de Vossa Excelência, se possível, me passar às mãos essa denúncia a fim de que eu a encaminhe à Diretoria Estadual da Campanha para que tomem as providências, encaminhando junto ao setor local de Itamarana para ouvir a direção do setor local e, em seguida, tomar as providências. Porque as denúncias que Vossa Excelência faz no momento são denúncias graves e que devem ser tomadas providências urgentes.

Aguardo de Vossa Excelência essa documentação para que eu possa levar ao conhecimento da Diretoria Estadual.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Pois não, nobre Deputado.

Acredito que além do requerimento dirigido à Secretaria de Educação que tem o papel de fiscalizar toda a atividade de ensino no Estado, eu faço com muito prazer a entrega hoje ainda desse dossier, esperando que a Direção Estadual da Campanha, analisando o caso e em virtude do Diretor, não o Diretor ser de nomeação da comunidade. Entendi a colocação de Vossa Excelência, mas de que há uma direção local de que deve ser ouvida na designação do diretor. Quero reforçar que essa documentação não é assim especial, mas uma anterior já foi devidamente entregue à Direção Estadual, assinada por diversos representantes da comunidade de Itamarana, membros do Conselho Comunitário, os próprios representantes a nível da Prefeitura Municipal, que tem a representação em

Itamarana, e nós esperamos que, com a sua interferência, o assunto seja devidamente esclarecido e as providências sejam tomadas com urgência. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Gilberto Carvalho — Então aguarde, nobre Deputado; tão logo receba, eu levo ao conhecimento da

Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA.

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 87/84 e 31/84, constantes da Ordem do Dia de hoje. — Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 87/84 e 31/84, constantes da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 87/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 01/84), que altera dispositivos da Lei nº 7.297, de 08.01.80 (CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO), conforme especifica.

Com PARÊCERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 87/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Os dispositivos abaixo enumerados, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação dada pelas Leis n.ºs 7.461, de 16 de junho de 1981 e 7.625, de 05 de julho de 1982, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 30 — O Tribunal de Alçada, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o seu território, compõe-se de vinte e um (21) Juizes, cujo número, mediante proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, poderá ser alterado.

Art. 41 —

I — Juiz Substituto.

II — Juiz de Direito de entrância inicial.

III — Juiz de Direito Auxiliar de entrância intermediária.

IV — Juiz de Direito de entrância intermediária.

V — Juiz de Direito Substituto.

VI — Juiz de Direito de entrância final.

§ 1º —

§ 2º —

§ 3º —

Art. 53 —

I — Pelos Conselhos Militares e pelo Juiz de Direito da Vara da Auditoria da Justiça Militar, em primeira instância, com jurisdição em todo o Estado;

II — Pelo Tribunal de Justiça, em se-

gunda instância.

Art. 54 — O Juízo da Vara da Auditoria da Justiça Militar será exercido por Juiz de Direito da Comarca de Curitiba.

Art. 55 — A Auditoria compor-se-á, além do Juiz de Direito e de um Promotor de Justiça, de um Escrivão e de um Oficial de Justiça.

Parágrafo Único —

Art. 57 — Em seus eventuais impedimentos ou ausências, o Juiz da Vara da Auditoria da Justiça Militar será substituído por Juiz de Direito Substituto, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 73 —

§ 1º — Os Juizes de Direito e os Juizes Substitutos tomarão posse perante o Presidente do Tribunal de Justiça, e os Juizes de Paz perante o Juiz de Direito Diretor do Fórum.

.....

§ 4º — A Secretaria do Tribunal de Justiça manterá um fichário atualizado das atividades dos Desembargadores, Juizes do Tribunal de Alçada, Juizes de Direito e Juizes Substitutos.

.....

Art. 77 — Aos magistrados qualquer instância será concedida gratificação adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos por quinquênio de serviço, até o máximo de sete, respeitado o disposto no artigo 145 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 1º — A gratificação adicional de que trata este artigo, será calculada sobre o vencimento percebido mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de 15 anos, e observada a garantia constitucional da irredutibilidade.

§ 2º — Na forma da legislação, assegura-se ao magistrado a percepção de salário família.

Art. 89 —

.....

§ 3º — Os Juizes de Direito titulares gozarão férias coletivas, nos períodos indicados no § 1º.

.....

Art. 207 —

I — 26 Desembargadores.

II — 21 Juizes do Tribunal de Alçada.

III — 111 Juizes de Direito de entrância final, sendo:

a) 80 titulares de Varas;

b) 31 Juizes de Direito Substitutos.

IV — 86 Juizes de Direito de entrância intermediária.

V — 11 Juizes de Direito Auxiliares de entrância intermediária.

VI - 87 Juizes de Direito de entrância inicial.

VII - 38 Juizes Substitutos.

VIII - 492 Juizes de Paz.

Art. 208 -

Parágrafo único - Essas Comarcas se agrupam em sessenta e cinco (65) Seções Judiciárias, integradas por quatrocentos e noventa e dois (492) Distritos.

Art. 209 -

I -

II - De entrância intermediária: 1) Apucarana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Campo Largo; 9) Campo Mourão; 10) Cascavel; 11) Castro; 12) Cianorte; 13) Cornélio Procopio; 14) Cruzeiro do Oeste; 15) Foz do Iguaçu; 16) Francisco Beltrão; 17) Goio-Erê; 18) Guaíra; 19) Guarapuava; 20) Irati; 21) Ivaiporã; 22) Jacarezinho; 23) Lapa; 24) Laranjeiras do Sul; 25) Loanda; 26) Nova Esperança; 27) Palmas; 28) Paranaguá; 29) Paranavaí; 30) Pato Branco; 31) Peabiru; 32) Rio Negro; 33) Rolândia; 34) Santo Antônio da Platina; 35) Santo Antônio do Sudoeste; 36) São José dos Pinhais; 37) Telêmaco Borba; 38) Toledo; 39) Umuarama; 40) União da Vitória; 41) Wenceslau Braz.

III - De entrância inicial: 1) Altônia; 2) Alto Paraná; 3) Alto Piquiri; 4) Andirá; 5) Antonina; 6) Assaí; 7) Barbosa Ferraz; 8) Barracão; 9) Bocaiúva do Sul; 10) Cambará; 11) Cambé; 12) Cândido de Abreu; 13) Capanema; 14) Carlópolis; 15) Cerro Azul; 16) Chopinzinho; 17) Cidade Gaúcha; 18) Clevelândia; 19) Colombo; 20) Colorado; 21) Congonhinhas; 22) Corbélia; 23) Coronel Vivida; 24) Curiúva; 25) Dois Vizinhos; 26) Engenheiro Beltrão; 27) Faxinal; 28) Formosa do Oeste; 29) Grandes Rios; 30) Guaraniáçu; 31) Ibaiti; 32) Ibiaporã; 33) Imbituva; 34) Ipiranga; 35) Iporã; 36) Jaguapitã; 37) Jaguaraiava; 38) Jandaia do Sul; 39) Joaquim Távora; 40) Mallet; 41) Mandaguaçu; 42) Mandaguari; 43) Marechal Cândido Rondon; 44) Marialva; 45) Marilândia do Sul; 46) Matelândia; 47) Medianeira; 48) Morretes; 49) Nova Fátima; 50) Nova Londrina; 51) Palmeira; 52) Palmittal; 53) Palotina; 54) Paraíso do Norte; 55) Paranacity; 56) Pérola; 57) Piraí do Sul; 58) Piraquara; 59) Pitanga; 60) Porecatu; 61) Primeiro de Maio; 62) Prudentópolis; 63) Realeza; 64) Rebouças; 65) Reserva; 66) Ribeirão Claro; 67) Ribeirão do Pinhal; 68) Rio Branco do Sul; 69) Santa Helena; 70) Santa Isabel do Ivaí; 71) Santa Mariana; 72) São Jerônimo da Serra; 73) São João do Ivaí; 74) São João do Triunfo; 75) São Mateus do Sul; 76) São Miguel do Iguaçu; 77) Sengés; 78) Sertãozinho; 79) Siqueira Campos; 80) Teixeira Soares; 81) Terra Rica; 82) Terra Roxa do Oeste; 83)

Tibagi; 84) Tomazina; 85) Ubiratã; 86) Uraí e 87) Xambrê.

Art. 210 -

- 1.^a) Comarca de Curitiba: 1.^a, 2.^a e 5.^a Varas Cíveis;
- 2.^a) Comarca de Curitiba: 3.^a, 4.^a e 6.^a Varas Cíveis;
- 3.^a) Comarca de Curitiba: 9.^a, 10.^a e 11.^a Varas Cíveis;
- 4.^a) Comarca de Curitiba: 13.^a, 14.^a e 15.^a Varas Cíveis;
- 5.^a) Comarca de Curitiba: 18.^a Vara Cível, Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Vara da Auditoria da Justiça Militar;
- 6.^a) Comarca de Curitiba: 1.^a e 3.^a Varas de Família;
- 7.^a) Comarca de Curitiba: 2.^a e 4.^a Varas de Família;
- 8.^a) Comarca de Curitiba: 1.^a e 3.^a Varas da Fazenda Pública, Falências e Concor-datas e 1.^a Vara Cível Privativa das Causas de Procedimento Sumaríssimo;
- 9.^a) Comarca de Curitiba: 2.^a e 4.^a Varas da Fazenda Pública, Falências e Concor-datas e 2.^a Vara Cível Privativa das Causas de Procedimento Sumaríssimo;
- 10.^a) Comarca de Curitiba: 1.^a e 2.^a Varas Criminais e Vara do Tribunal do Júri
- 11.^a) Comarca de Curitiba: 4.^a, 5.^a e 6.^a Va-ras Criminais;
- 12.^a) Comarca de Curitiba: Vara de Execu-ções Penais;
- 13.^a) Comarca de Curitiba: 1.^a Vara dos De-litos de Trânsito;
- 14.^a) Comarca de Curitiba: 2.^a Vara dos De-litos de Trânsito;
- 15.^a) Comarca de Curitiba: Vara de Menores;
- 16.^a) Comarca de Curitiba: 7.^a e 8.^a Varas Cíveis e 3.^a Vara Cível Privativa das Causas de Procedimento Sumaríssimo;
- 17.^a) Comarca de Curitiba: 12.^a, 16.^a e 17.^a Varas Cíveis;
- 18.^a) Comarca de Curitiba: 3.^a, 7.^a e 8.^a Va-Varas Criminais;
- 19.^a) Comarca de Curitiba: 9.^a, 10.^a e 11.^a Varas Criminais;
- 20.^a) Comarca de Londrina: 1.^a, 2.^a, 3.^a, 6.^a e 7.^a Varas Cíveis;
- 21.^a) Comarca de Londrina: 4.^a, 5.^a, 8.^a, 9.^a e 10.^a Varas Cíveis;
- 22.^a) Comarca de Londrina: 1.^a e 2.^a Varas Criminais e 1.^a Vara de Família, Aci-dentes do Trabalho, Registros Públi-cos e Corregedoria do Foro Extrajudi-cial;
- 23.^a) Comarca de Londrina: 3.^a e 4.^a Varas Criminais e 2.^a Vara de Família e Me-nores;
- 24.^a) Comarca de Maringá: Varas Cíveis e 1.^a Vara de Família, Acidentes do Traba-lho, Registros Públicos e Corregedo-ria do Foro Extrajudicial;
- 25.^a) Comarca de Maringá: Varas Criminais e 2.^a Vara de Família e Menores;

- 26.^a) Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis e 1.^a Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;
- 27.^a) Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais e 2.^a Vara de Família e Menores;
- 28.^a) Comarca de Cascavel: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;
- 29.^a) Comarca de Cascavel: Varas Criminais e Comarcas de Corbélia e Ubiratã;
- 30.^a) Comarca de Campo Mourão;
- 31.^a) Comarca de Umuarama;
- 32.^a) Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pitanga e Prudentópolis;
- 33.^a) Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marilândia do Sul;
- 34.^a) Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Peabiru;
- 35.^a) Comarcas de Foz do Iguaçu, Matelândia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu;
- 36.^a) Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Realeza;
- 37.^a) Comarcas de Paranaguá, Antonina e Morretes;
- 38.^a) Comarcas de Paranavaí, Alto Paraná, Paraíso do Norte e Terra Rica;
- 39.^a) Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho, Clevelândia e Coronel Vivida;
- 40.^a) Comarcas de Arapongas e Astorga;
- 41.^a) Comarcas de Araucária e Colombo;
- 42.^a) Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Palotina;
- 43.^a) Comarcas de Cornélio Procopio, Congonhinhas, Nova Fátima, São Jerônimo da Serra, Uraí e Assaí;
- 44.^a) Comarcas de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Pérola e Xambê;
- 45.^a) Comarcas de Guaíra, Altônia, Iporã e Terra Roxa do Oeste;
- 46.^a) Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Cândido de Abreu, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;
- 47.^a) Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;
- 48.^a) Comarcas de Laranjeiras do Sul e Guaraniaçu;
- 49.^a) Comarcas de Rolândia, Cambé, Jagua-pitã e Porecatu;
- 50.^a) Comarcas de São José dos Pinhais, Bocaiuva do Sul, Cerro Azul e Piranguara;
- 51.^a) Comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena;
- 52.^a) Comarcas de União da Vitória, Mallet e Palmas;
- 53.^a) Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;
- 54.^a) Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibioporã, Primeiro de Maio e Sertãoópolis;
- 55.^a) Comarcas de Campo Largo, Palmeira e Rio Branco do Sul;
- 56.^a) Comarcas de Castro, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Sengés;
- 57.^a) Comarcas de Goio-Erê e Alto Piquiri;
- 58.^a) Comarcas de Irati, Imbituva, Ipiranga, Rebouças e Teixeira Soares;
- 59.^a) Comarcas da Lapa, Rio Negro, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;
- 60.^a) Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Izabel do Ivaí;
- 61.^a) Comarcas de Nova Esperança, Colorado, Mandaguaçu, Marialva e Parancity;
- 62.^a) Comarcas de Santo Antonio da Platina, Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal;
- 63.^a) Comarcas de Santo Antonio do Sudoeste, Barracão e Capanema;
- 64.^a) Comarcas de Telêmaco Borba, Curiuva, Reserva e Tibagi;
- 65.^a) Comarcas de Wenceslau Braz, Ibaiti, Siqueira Campos e Tomazina.
- Art. 211 - As Comarcas e seus Distritos são os seguintes:
- 1) ALTÔNIA: compreendendo o Distrito da sede;
 - 2) ALTO PARANÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Maria e Maristela (Município de Alto Paraná), de Santo Antonio do Caiuá e de São João do Caiuá (Municípios do mesmo nome);
 - 3) ALTO PIQUIRI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Brasilândia, Paulistânia, Mirante do Piquiri e Saltinho do Oeste (Município de Alto Piquiri);
 - 4) ANDIRÁ: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itambaracá (Município do mesmo nome);
 - 5) ANTONINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraqueçaba e Ararapira (Município de Guaraqueçaba);
 - 6) APUCARANA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pirapó e São Pedro (Município de Apucarana), de Cambira e Itacolomi (Município de Cambira);
 - 7) ARAPONGAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sabaudia e Bom Progresso (Município de Sabaudia);
 - 8) ARAUCÁRIA: compreendendo a sede e o Distrito judiciário de Guajuvira (Município de Araucária);
 - 9) ASSAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova América da Colina e São Sebastião da Amoreira (Municípios do mesmo nome);
 - 10) ASSIS CHATEAUBRIAND: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Tupãssi e Bragantina (Município de Assis Chateaubriand);
 - 11) ASTORGA: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Zélia, Içara e Tupinambá (Município de Astorga), de Munhoz de Melo e Fernão Dias (Município de Munhoz de Melo), e de Iguaçu e de Ângulo (Município de Iguaçu), de Santa Fé e

Flórida (Municípios do mesmo nome);

12) BANDEIRANTES: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nossa Senhora da Candelária (Município de Bandeirantes) e de Santa Amélia (Município do mesmo nome);

13) BARBOSA FERRAZ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Curitiba, Pocinho, Tereza Breda e Corumbataí do Sul (Município de Barbosa Ferraz);

14) BARRAÇÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Salgado Filho, São Sebastião da Bela Vista e Flor da Serra (Município de Salgado Filho);

15) BELA VISTA DO PARAÍSO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Margarida (Município de Bela Vista do Paraíso) de Alvorada do Sul e Esperança do Norte (Município de Alvorada do Sul);

16) BOCAIUVA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquês de Abrantes (Município de Bocaiuva do Sul) e de Adrianópolis (Município do mesmo nome);

17) CAMBARÁ: compreendendo o Distrito da sede;

18) CAMBÉ: compreendendo a sede e o Distrito de Prata (Município de Cambé);

19) CAMPO LARGO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Três Corregos e Bateias (Município de Campo Largo), de Balsa Nova e São Luiz do Purunã (Município de Balsa Nova);

20) CAMPO MOURÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Farol, Piquirivai e Luisiana (Município de Campo Mourão), de Mamborê e Juranda (Município de Mamborê), de Janiópolis e Arapuã (Município de Janiópolis), Iretama, Roncador e Boa Esperança (Municípios do mesmo nome);

21) CÂNDIDO DE ABREU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Tereza Cristina e Três Bicos (Município de Cândido de Abreu);

22) CAPANEMA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz, Alto Faraday e Cristo Rei (Município de Capanema); Pérola D'Oeste, Bela Vista e Concórdia (Município de Pérola D'Oeste), de Planalto, Centro Novo e Valério (Município de Planalto);

23) CARLÓPOLIS: compreendendo o Distrito da Sede;

24) CASCAVEL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cafelândia D'Oeste e Santa Tereza (Município de Cascavel), de Catanduvas, Ibema e Três Barras (Município de Catanduvas), de Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida (Município de Capitão Leônidas Marques);

25) CASTRO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Socavão, Abapã e Carambeí (Município de Castro);

26) CERRO AZUL: compreendendo a sede e

Distrito Judiciário de Varzeão (Município de Cerro Azul);

27) CHOPINZINHO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz D'Oeste, São Francisco, Sede Sulina e Saudades (Município de Chopinzinho), São Jorge D'Oeste, doutor Antonio Paranhos, Iolópolis e Sede Nova Sant'Ana (Município de São Jorge D'Oeste) de São João, Vila Paraíso, Dois Irmãos e Nova Lourdes (Município de São João);

28) CIANORTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Lourenço (Município de Cianorte), de Indianópolis e São Manoel (Município de Indianópolis), de Juçara, São Tomé e Japurá (Município do mesmo nome);

29) CIDADE GAÚCHA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Rondon e Bernardelli (Município de Rondon), de Guaporema, Tapira e Nova Olímpia (Município do mesmo nome);

30) CLEVELÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz e Cel. Firmino Martins (Município de Clevelândia e de Mariópolis (Município do mesmo nome);

31) COLOMBO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraituba (Município de Colombo);

32) COLORADO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Alegre (Município de Colorado), de Nossa Senhora das Graças e Mendeslândia (Município de Nossa Senhora das Graças), de Itaguajé, Lobato, Santa Inês e de Santo Inácio (Municípios do mesmo nome);

33) CONGONHINHAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Francisco do Imbaú (Município de Congonhinhas), de Santo Antonio do Paraíso e São Judas Tadeu (Município de Santo Antonio do Paraíso);

34) CORBÉLIA: compreendendo o Distrito da sede;

35) CORNÉLIO PROCÓPIO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Congonhas (Município de Cornélio Procópio), Leopoldo e Jandino (Município de Leopoldo) e de Sertaneja (Município do mesmo nome);

36) CORONEL VIVIDA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Vista Alegre (Município de Coronel Vivida), de Mangueirinha, Covô e Honório Serpa (Município de Mangueirinha);

37) CRUZEIRO DO OESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mariluz e São Luiz (Município de Mariluz), de Tapejara e Bela Vista de Tapiracuí (Município de Tapejara), de Tuneiras do Oeste; Aparecida do Oeste e Marabá (Município de Tuneiras do Oeste);

38) CURITIBA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cajuru, Por-

tão, Santa Felicidade. Santa Quitéria, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Umbará, Uberaba, Boqueirão, Campo Comprido, Mercês, Pinheirinho, Bacacheri e Barreirinha (Município de Curitiba);

39) CURIÚVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alecrim e Figueira (Município de Curiúva) e de Sapopema (Município do mesmo nome);

40) DOIS VIZINHOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu (Município de Dois Vizinhos), de Salto do Lontra e Nova Prata (Município de Salto do Lontra);

41) ENGENHEIRO BELTRÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Triângulo, Sertãozinho, Figueira do Oeste, Ivailândia e Sussuí (Município de Engenheiro Beltrão), de Fênix, Bela Vista do Ivaí e Porteira Preta (Município de Fênix) e de Quinta do Sol (Município do mesmo nome);

42) FAXINAL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Borrazópolis, (Município do mesmo nome);

43) FORMOSA DO OESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jesuítas (Município de Formosa do Oeste), de Nova Aurora e Palmitópolis (Municípios do mesmo nome);

44) FOZ DO IGUAÇU: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Terezinha (Município de Foz do Iguaçu);

45) FRANCISCO BELTRÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova Concórdia (Município de Francisco Beltrão), de Enéas Marques, Pinhalzinho, Nova Esperança e Vista Alegre (Município de Enéas Marques), de Renascença, Baulândia e Canela (Município de Renascença) e de Marmeleiro (Município do mesmo nome);

46) GOIO-ERÊ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaracatiá, Paraná do Oeste e Quarto Centenário (Município de Goio-Erê) e de Moreira Salles (Município do mesmo nome);

47) GRANDES RIOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ribeirão Bonito, Rio Branco e Rosário (Município de Grandes Rios);

48) GUAÍRA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Doutor Oliveira Castro (Município de Guaíra);

49) GUARAPUAVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquinho, Pinhalzinho, Campina do Simão, Goioxim, Santa Galo, Paz, Carro Quebrado, Turvo, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guarã e Jordão (Município de Guarapuava), de Pinhão, Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (Município de Pinhão);

50) GUARANIAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bornmann, Dia-

mante, Guaporé e Campo Bonito (Município de Guaraniaçu);

51) IBAITI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Euzébio de Oliveira, Vila Guay, Vassoural e Amorinha (Município de Ibaiti); de Japira e Nova Jardim (Município de Japira), e de Conselheiro Mayrink (Município do mesmo nome);

52) IBIPORÁ: compreendendo o Distrito da sede;

53) IMBITUVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaramiranga e Apiabã (Município de Imbituva);

54) IPIRANGA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários do Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí);

55) IPORÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cafezal e Oroite (Município de Iporá), de Francisco Alves e Rio Bonito (Município de Francisco Alves);

56) IRATI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaramirin e Caçadinho (Município de Irati) e de Inácio Martins (Município do mesmo nome);

57) IVAIPORÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Arapuã, Romeópolis, Alto Porã, Ariranha e Jacutinga (Município de Ivaiporã), de Jardim Alegre e Ubã do Sul (Município de Jardim Alegre), de Manoel Ribas e Barra de Santa Salete (Município de Manoel Ribas);

58) JACAREZINHO: compreendendo a sede e o Distrito de Barra do Jacaré (Município do mesmo nome);

59) JAGUAPITÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraci e Bentópolis (Município de Guaraci) e de Cafeara (Município do mesmo nome);

60) JAGUARIAIVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Eduardo Xavier da Silva (Município de Jaguariaiva), de Arapoti, Calógeras e Caratuva (Município de Arapoti);

61) JANDAIA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São José (Município de Jandaia do Sul), Kaloré e Juciara (Município de Kaloré), de bom Sucesso, Marumbi e São Pedro do Ivaí (Município do mesmo nome);

62) JOAQUIM TÁVORA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de João e São Roque do Pinhal (Município de Joaquim Távora), de Quatiguá e Guapirama (Municípios do mesmo nome);

63) LAPA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Água Azul (Município da Lapa), de Contenda e Catanduvas do Sul (Município de Contenda), e de Antonio Olinto (Município do mesmo nome);

64) LARANJEIRAS DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Herveira, Vila Nova Laranjeiras, Virmond, Rio Bonito, Barreirinho, Rio da Prata, Porto Santana e Guarani da Estratégica (Município de Laranjeiras do Sul), de Quedas do

Iguaçu e Espigão Alto (Município de Quedas do Iguaçu);

65) LOANDA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Pedro do Paraná e Porto São José (Município de São Pedro do Paraná), de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo e Porto Rico (Municípios do mesmo nome);

66) LONDRINA: compreendendo sede e os Distritos Judiciários de Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luiz, Tamarana, Maravilha e Warta (Município de Londrina);

67) MALLET: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Dorizon e Rio Claro do Sul (Município de Mallet), de Paulo Frontin e Vera Guarani (Município de Paulo Frontin);

68) MANDAGUAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pulinópolis (Município de Mandaguaçu), de São Jorge e Copacabana do Norte (Município de São Jorge) e de Ourizona (Município do mesmo nome);

69) MANDAGUARI: compreendendo o Distrito da sede;

70) MARECHAL CÂNDIDO RONDON: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Margarida, Porto Mendes, Pato Bragado, Vila Mercedes e Quatro Pontos (Município de Marechal Cândido Rondon);

71) MARIALVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidabã, Sarandi, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva) e de Itambé (Município do mesmo nome);

72) MARILÂNDIA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Rio Bom, Santo Antonio do Palmital (Município de Rio Bom) e de Califórnia (Município do mesmo nome);

73) MARINGÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Iguatemi e Florianópolis (Município de Maringá), de Paissandu e Água Boa (Município de Paissandu), de Doutor Camargo, Floresta e Ivatuba (Municípios do mesmo nome);

74) MATELÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Céu Azul e Vera Cruz do Oeste (Município de Céu Azul);

75) MEDIANEIRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Flor da Serra, Jardinópolis e Missal (Município de Medianeira);

76) MORRETES: compreendendo o Distrito da Sede;

77) NOVA ESPERANÇA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barão de Lucena e Ivaitinga (Município de Nova Esperança), Florai e Nova Bilac (Município de Florai), de Atalaia, Uniflor e Presidente Castelo Branco (Município do mesmo nome);

78) NOVA FÁTIMA: compreendendo o Distrito da sede;

79) NOVA LONDRINA: compreendendo a se-

de e os Distritos Judiciários de Cintra Pimentel (Município de Nova Londrina), Itaúna do Sul, Marilena e Diamante do Norte (Municípios do mesmo nome);

80) PALMAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Coronel Domingos Soares, Francisco Frederico Teixeira Guimarães, Ubaldino Taques e padre Ponciano (Município de Palmas);

81) PALMEIRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Papagaios Novos (Município de Palmeira) e de Porto Amazonas (Município do mesmo nome);

82) PALMITAL: compreendendo a sede e os Distritos judiciários de Laranjal e Altamira (Município de Palmital);

83) PALOTINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Vila Maripa, São Camilo e Pérola Independente (Município de Palotina);

84) PARAISO DO NORTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mirador e São Carlos do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

85) PARANACITY: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Florópolis e Silva Jardim (Município de Paranacity), de Inajá, Paranapoema, Jardim Olinda e Cruzeiro do Sul (Município do mesmo nome);

86) PARANAGUÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alexandra (Município de Paranaguá) e de Matinhos (Município do mesmo nome);

87) PARANAVAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Graciosa, Deputado José Afonso, Sumaré (Município de Paranavaí), de Amaporã e Nordestina (Município de Amaporã), de Guairacá, Tamboara e Nova Aliança do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

88) PATO BRANCO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bom Sucesso (Município de Pato Branco), de Verê e Sede Progresso (Município de Verê), de Itapejara do Oeste e Vitorino (Município do mesmo nome);

89) PEABIRU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Terra Boa e Malu (Município de Terra Boa), de Araruna e São Vicente (Município de Araruna);

90) PÉROLA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Boa Esperança (Município de Pérola);

91) PIRAI DO SUL: compreendendo o Distrito da Sede;

92) PIRAQUARA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pinhais (Município de Piraquara), de Campina Grande do Sul e Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), de Quatro Barras e Borda do Campo (Município de Quatro Barras);

93) PITANGA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Boa Ventura, Nova Tebas, São José, Santa Maria e Mato Rico (Município de Pitanga);

- 94) PONTA GROSSA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itaiacoca, Guaragi, Piriquitos e Uvaia (Município de Ponta Grossa);
- 95) PORECATU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Centenário do Sul, Mirassella e Prado Ferreira (Município de Mirassella), de Florestópolis e Lupionópolis (Municípios do mesmo nome);
- 96) PRIMEIRO DE MAIO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Ibiaci (Município de Primeiro de Maio);
- 97) PRUDENTÓPOLIS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaciaba e Patos Velhos (Município de Prudentópolis);
- 98) REALEZA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marmelândia (Município de Realeza), de Santa Isabel do Oeste e Rio da Prata (Município de Santa Isabel do Oeste) e de Ampére (Município do mesmo nome);
- 99) REBOUÇAS: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Rio Azul (Município do mesmo nome);
- 100) RESERVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de José Lacerda e Rio Novo (Município de Reserva);
- 101) RIBEIRÃO CLARO: compreendendo o Distrito da sede;
- 102) RIBEIRÃO DO PINHAL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Abatiá e Jundiá do Sul (Municípios do mesmo nome);
- 103) RIO BRANCO DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul), de Almirante Tamandaré, Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré);
- 104) RIO NEGRO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Quitandinha e Lagoa Verde (Município de Quitandinha), de Piên e Campo Tenente (Municípios do mesmo nome);
- 105) ROLÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Martinho, Pitangueira e Nossa Senhora da Aparecida (Município de Rolândia);
- 106) SANTA HELENA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de São Clemente (Município de Santa Helena);
- 107) SANTA ISABEL DO IVAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Mônica e São José do Ivaí (Município de Santa Isabel do Ivaí) e de Planaltina do Paraná (Município do mesmo nome);
- 108) SANTA MARIANA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Panema e Quinzópolis (Município de Santa Mariana);
- 109) SANTO ANTONIO DA PLATINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Monte Real e Conselheiro Zacarias (Município de Santo Antonio da Platina);
- 110) SANTO ANTONIO DO SUDOESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários

rios de Pranchita e Pinhal de São Bento (Município de Santo Antonio do Sudoeste);

111) SÃO JERÔNIMO DA SERRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São João do Pinhal e Terra Nova (Município de São Jerônimo da Serra), de Santa Cecília do Pavão e Santa Bárbara (Município de Santa Cecília do Pavão);

112) SÃO JOÃO DO IVAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lunardelli e Ubauná (Município de São João do Ivaí);

113) SÃO JOÃO DO TRIUNFO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Palmira (Município de São João do Triunfo);

114) SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Campo Largo da Roseira e Colônia Murici (Município de São José dos Pinhais), de Guaratuba e Pedra Branca de Araraquara (Município de Guaratuba), de Mandirituba e Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba), de Tijucas do Sul e Agudos do Sul (Município do mesmo nome);

115) SÃO MATEUS DO SUL: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Fluviópolis (Município de São Mateus do Sul);

116) SÃO MIGUEL DO IGUAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itacoará e Aurora do Iguaçu (Município de São Miguel do Iguaçu);

117) SENGES: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Reianópolis (Município de Sengés);

118) SERTANÓPOLIS: compreendendo o Distrito da sede;

119) SIQUEIRA CAMPOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marimbondo (Município de Siqueira Campos) e Salto do Itararé (Município do mesmo nome);

120) TEIXEIRA SOARES: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraúna (Município de Teixeira Soares);

121) TELÊMACO BORBA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ortigueira, Barreiro, Lageado Bonito, Manjolinho e Natingui (Município de Ortigueira);

122) TERRA RICA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Adhemar de Barros (Município de Terra Rica);

123) TERRA ROXA DO OESTE: compreendendo o Distrito da sede;

124) TIBAGI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Amparo e Ventania (Municípios de Tibagi);

125) TOLEDO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Novo Sarandi, Vila Nova e Ouro Verde (Município de Toledo), de Nova Santa Rosa e Alto Santa Fé (Município de Nova Santa Rosa);

126) TOMAZINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sapé (Município de Tomazina), de Pinhalão e Lavrinha (Município de Pinhalão) e de Jaboti (Muni-

cípio do mesmo nome:

127) UBIRATÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Yolanda (Município de Ubiratã) de Campina da Lagoa, Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa), de Nova Cantu, Gere-mias Lunardelli e Santo Rei (Município de Nova Cantu);

128) UMUARAMA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ivatê, Santa Elisa, Serra dos Dourados, Lovat e Perobal (Município de Umuarama), de Maria Helena, Douradinha e Herculanã (Município de Maria Helena), de Icaraíma, Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma);

129) UNIÃO DA VITÓRIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Domingos e São Cristóvão (Município de União da Vitória), de General Carneiro e Jangada do Sul (Município de General Carneiro), de Cruz Machado e Santa Ana (Município de Cruz Machado), de Bituruna, Paula Freitas e Porto Vitória (Municípios do mesmo nome);

130) URAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Norte (Município de Uraí), e Jataizinho, Frei Timóteo e São João (Município de Jataizinho) e de Rancho Alegre (Município do mesmo nome);

131) WENCESLAU BRAZ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São José da Boa Vista e Santa Ana do Itararé (Município do mesmo nome);

132) XAMBRE: compreendendo o Distrito da sede.

Art.219.....

I. 18 Varas Cíveis não especializadas.

II.3 Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo.

III. 4 Varas de Família.

IV. 1 Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho.

V. 4 Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas.

VI. 1 Vara de Menores.

VII. 11 Varas Criminais não Especializadas.

VIII. 1 Vara do Tribunal do Júri.

IX. 2 Varas dos Delitos de Trânsito.

X. 1 Vara das Execuções Penais e Corregedorias dos Presídios.

XI. 1 Vara da Auditoria da Justiça Militar.

Art.220.....

Parágrafo Único: Aos Juizes das Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo, de 1.^a a 3.^a compete, por distribuição, o conhecimento, processo e julgamento das causas em que a legislação determinar a observância de procedimento sumaríssimo, ressalvada, também, a competência das Varas Especializadas.

Art.229. Ao Juízo da Vara de Auditoria da Justiça militar compete processar e

julgar os crimes militares, na conformidade do disposto no artigo 58 deste Código.

Art. 235.

I. NO FORO JUDICIAL:

a) trinta (30) Escrivanias do Cível, incluídas as especializadas;

b) dezesseis (16) Escrivanias do Crime, incluídas as especializadas;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) quatro (4) Ofícios de Avaliador;

e) três (3) Ofícios de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, com as atribuições seguintes:

1.^o Ofício: Varas de Família; Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas; Varas de Registros Públicos e Acidentes do trabalho; Varas Criminais, de 1.^a a 16.^a; Tabelionatos de Notas de 8.^o a 12.^o;

2.^o Ofício: Varas Cíveis de 1.^a a 18.^a; Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo de 1.^a a 3.^a; Tabelionatos de Notas, de 1.^o a 7.^o;

3.^o Ofício: Distribuição de títulos:
- relativos a direitos reais imobiliários, que se destinem à matrícula nos Ofícios de Registros de Imóveis;
- de crédito, que se destinem aos Ofícios de Protestos de Títulos;

f) cinco (5) Comissários de Vigilância;

g) dois (2) Porteiros de Auditórios;

h) cento e dois (102) Oficiais de Justiça;

i) trinta e quatro (34) Auxiliares de Cartório;

II.
....."

Art. 2.^o Ficam criadas na comarca de Curitiba três (3) Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo.

Parágrafo Único. Até a instalação das Varas criadas por este artigo, as causas de procedimento sumaríssimo distribuídas às Varas Cíveis de 1.^a a 18.^a continuarão sendo da competência destas, até final Julgamento, vedada a redistribuição.

Art. 3.^o Ficam criadas na entrância inicial, as seguintes Comarcas:

I. Piraquara: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pinhais (Município de Piraquara), de Campina Grande do Sul e Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), de Quatro Barras a Borda do Campo (Município de Quatro Barras);

II. Rio Branco do Sul: compreendendo a sede e dos Distritos Judiciários de Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul), de Almirante Tamandaré, Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré).

Art. 4.^o Fica criado no Município e Comarca de Grandes Rios o Distrito Judiciário de Rosário, com a delimitação territorial do distrito administrativo previsto

em lei.

Parágrafo único. Fica assegurado ao titular da Escrivania do Distrito Judiciário de Rio Branco, Comarca de Grandes Rios, o direito de opção à Escrivania do Distrito criado por este artigo, pelo prazo de vinte (20) dias a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 5.º Ficam extintas as Escrivanias Distritais de Piraquara e Rio Branco do Sul a partir da instalação das respectivas Comarcas.

Parágrafo único. Aos titulares das Escrivanias de que trata este artigo fica assegurado o direito de opção pelo respectivo Tabelionato de Notas ou Ofício de Registro Cível, de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, a ser manifestado no prazo de vinte (20) dias, contados do edital de chamamento para instalação da Comarca.

Art. 6.º Ficam criados os seguintes Cargos e Ofícios:

- I- Na segunda instância:
 - cinco (5) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada;
- II- Na entrância final:
 - três (3) cargos de Juiz de Direito;
- III- Na entrância inicial:
 - dois (2) cargos de Juiz de Direito;
- IV- Na entrância final-foro judicial:
 - a) Comarca de Curitiba:
 - três cargos de Escrivão Cível
 - seis (6) cargos de Oficial de Justiça
 - V- Na entrância inicial-foro judicial:
 - a) Na Comarca de Piraquara:
 - um (1) cargo de Escrivão do Cível;
 - um (1) cargo de Escrivão do Crime;
 - um (1) cargo de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;
 - dois (2) cargos de Oficial de Justiça;
 - um (1) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;
 - um (1) cargo de Servente;
 - b) Na Comarca de Rio Branco do Sul:
 - um (1) cargo de Escrivão do Cível;
 - um (1) cargo de Escrivão do Crime;
 - um (1) cargo de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;
 - dois (2) cargos de Oficial de Justiça;
 - um (1) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;
 - um (1) cargo de Servente;
 - VI- Na Entrância inicial-foro extrajudicial:
 - a) Na Comarca de Piraquara:
 - um (1) Tabelião de Notas;
 - um (1) Ofício de Protesto de Títulos;
 - um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

- um (1) Ofício de Registro Civil, de nascimentos, casamentos e Óbitos;
- um (1) Ofício de Registro de Títulos e documentos;
- um (1) Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 7.º Instaladas as comarcas de Piraquara e Rio Branco do Sul, a delimitação territorial das 3.ª e 9.ª Circunscrição Imobiliária da comarca de Curitiba passará a ser a seguinte:

3.ª Circunscrição Imobiliária: inicia no cruzamento da Rua Marechal Floriano Peixoto, com rua XV de Novembro, segue por este rumo leste, até encontrar a Rua Francisco Torres, seguindo por esta até a Avenida Afonso Camargo e, por esta, até encontrar o Rio Atuba, sobe por este contornando o Município de Curitiba até encontrar o Rio Bacacheri, subindo por este até o prolongamento da Avenida Edgard Stelfeld, seguindo por esta até a BR-116 e, por esta até encontrar a Rua Fagundes Varela, seguindo por esta até o seu prolongamento, Rua Augusto Stresser, até o cruzamento com a Rua Augusto Severo, seguindo por esta até a Avenida João Gualberto e, por esta, seguindo rumo ao centro da cidade, até a Praça 19 de Dezembro, contornando-a pela face norte, até a Avenida Barão do Cerro Azul e, por esta, até a Praça Tiradentes e, por esta, segue até a Rua Marechal Floriano Peixoto, ponto de partida e, por esta, até a Rua XV de Novembro, respeitadas as divisas das circunscrições confrontantes.

9.ª Circunscrição Imobiliária: Compreende os Distritos Judiciários da Barreirinha e Santa Felicidade e o Bairro Alto, tendo a seguinte delimitação territorial: partindo do cruzamento da BR-116 com a Avenida Edgard Stelfeld, seguindo por esta até encontrar o Rio Bacacheri e, por este até encontrar o limite do Município de Curitiba com o Município de Piraquara, até encontrar o Rio Atuba (retificado), seguindo por este até o cruzamento com a BR-116, seguindo por esta, rumo oeste, até encontrar o Trevo do Atuba, contornando-o pela face sul, seguindo pela mesma rodovia até o ponto de partida, no cruzamento dessa com a Av. Edgard Stelfeld, respeitadas as divisas com as 2.ª e 3.ª Circunscrições.

Art. 8.º - Ficam transferidos de Comarca os seguintes Distritos Judiciários:

I - Piraquara e Pinhais (Município de Piraquara), Quatro Barras e Borba do Campo (Município de Quatro Barras) e Campina Grande do Sul e Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), da Comarca de Curitiba, para a de Piraquara.

II - Rio Branco do Sul e Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul), da Comarca de Curitiba, para a de Rio Branco do Sul.

III - Almirante Tamandaré, Campo Magro e

Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré), da Comarca de Colombo, para a de Rio Branco do Sul.

Art. 9.º - O cargo isolado de Juiz Auditor da Justiça Militar previsto na Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1.980, fica transformado em cargo de carreira de Juiz de Direito de entrância final.

Art. 10 - Os cargos de Juiz de Direito Auxiliar de entrância intermediária, previstos na Lei Estadual n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1.980, serão extintos à medida que vagarem.

Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo, que se encontrarem vagos na data da publicação desta lei, ficam extintos.

Art. 11 - Os cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária, previstos para as Comarcas de Maringá e Ponta Grossa, cujos titulares se encontrarem, excepcionalmente, no exercício de cargos de Juiz de Direito de entrância final, serão extintos à medida em que vagarem.

Art. 12 - Os efeitos financeiros decorrentes da nova redação dada por esta lei ao Art. 77, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, serão devidos a partir de 1.º de janeiro de 1984.

Art. 13 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 87/84

PARECER:

O Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado, através da Mensagem n.º 01/84, remete à Assembléia Legislativa o anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação dada pelas Leis n.ºs 7461, de 16 de junho de 1981 e 7625, de 05 de julho de 1982.

A finalidade do anteprojeto é, em síntese, aumentar o número de juizes do Tribunal de Alçada, transformar a Auditoria da Justiça Militar em Vara, que passará a ser exercida por Juiz de Direito da Comarca de Curitiba, criar três Varas Cíveis especializadas de causas de procedimento sumaríssimo, com as respectivas escrivânias, oficiais de justiça e funcionários que deverão compô-la, e criar as comarcas de entrância inicial de Piraquara e Rio Branco do Sul, com os respectivos ofícios e serventias de foro judicial e extrajudicial, bem como aumentar o número de cargos de juizes de direito em face da criação de novas varas e comarcas.

Ainda está inserido, no anteprojeto, dispositivo que estabelece a gratificação adicional por tempo de serviço, aos magistrados, e a maneira como a mesma deve ser calculada.

A mensagem tem amparo no que preceitua o art. 144, § 5.º, da Constituição Federal, com a redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 07,

de 13 de abril de 1977, e o art. 91 da Constituição Estadual, porque o conteúdo do anteprojeto de lei resulta de proposta do Tribunal de Justiça.

Da mesma forma, tem amparo legal o dispositivo que estabelece a forma do cálculo de gratificação adicional aos magistrados.

A Emenda Constitucional n.º 07, de 13 de abril de 1977, deu ao parágrafo único do art. 112, da Constituição Federal, a seguinte redação:

"Lei Complementar, denominada Lei Orgânica da Magistratura Nacional, estabelecerá normas relativas à organização, ao funcionamento, à disciplina, às vantagens, aos direitos e aos deveres da magistratura, respeitadas as garantias e proibições previstas nesta Constituição ou dela decorrentes".

A Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979, executando o citado dispositivo constitucional, regulou, no seu art. 65, incisos V e VIII, as vantagens dos juizes em todo o país, dispondo:

"Art. 65 - Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

VIII - gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço até o máximo de sete".

O Art. 92, da Constituição do Estado do Paraná, estabelece que:

"na organização da Justiça Estadual será observada a Lei Orgânica da Magistratura Nacional".

A Lei Estadual n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980, (Código de Organização Judiciária), adaptada à Lei Orgânica da Magistratura Nacional, por força do que dispõe o art. 139, desta, estabelece, em seu art. 77, que:

"Aos magistrados são concedidos adicionais de cinco por cento sobre seus vencimentos, por quinquênio de serviço, até o máximo de sete, respeitado o art. 145, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional".

O legislador federal, através do Decreto-Lei n.º 2019, de 28 de março de 1983, dispõe sobre o cálculo de parcelas da remuneração devida aos magistrados, estabelecendo no art. 1.º, que:

"A gratificação Adicional de que trata o art. 65, VIII, da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979, em relação aos magistrados de qualquer instância, será calculada sobre o vencimento mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta, trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo de exercício de advocacia, até o máximo de 15 anos, e observada a garantia adicional da irredutibilidade".

Operou-se, com o decreto-lei federal, o aumento quantitativo da gratificação adicional para os juizes que contem mais de um quinquênio.

A aplicação do referido decreto-lei, aos juizes integrantes da Magistratura Estadual, não ofende a autonomia do Estado, porque regulamentou este dispositivo da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, à qual está adaptado o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Paraná.

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional, através

da Emenda Constitucional n.º 7, passou a constituir matéria de ordem federativa, estabelecendo cunho jurídico sobre o regime da magistratura, quer federal, quer estadual.

A própria Constituição, ao enunciar que os Estados têm o poder de organizar sua justiça (art. 144), manda observar, nessa organização de competência dos Estados, as diretrizes da Lei Orgânica.

Assim, considerando que a norma estadual é constitucionalmente subordinada à federal, a proposta oriunda do egrégio Tribunal de Justiça, e constante da Mensagem n.º 01/84, do Sr. Governador do Estado, tem amparo legal e, em consequência, deve ser transformada em lei, com as alterações constantes na emenda que anexamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

PROJETO DE LEI N.º 87/84

EMENDA

A redação do Projeto de Lei n.º 87/84, passa a incorporar as seguintes alterações:

No Art. 211 — As comarcas e seus distritos são os seguintes:

1) ALTÔNIA: compreendendo a sede e o distrito de São Jorge do Patrocínio (município do mesmo nome);

10) ASSIS CHATEAUBRIAND: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Bragantina (município de Assis Chateaubriand) e Tupãssi (município do mesmo nome);

20) CAMPO MOURÃO: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Farol, Piquirivai e Luisiania (município de Campo Mourão), Janiópolis e Arapuã (município de Janiópolis); Mamborê, Juranda, Iretama, Roncador e Boa Esperança (municípios do mesmo nome);

24) CASCAVEL: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Santa Teresa (município de Cascavel); Catanduvas e Ibema (município de Catanduvas); Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia (município de Capitão Leônidas Marques); Cafelândia, Três Barras do Paraná e Boa Vista da Aparecida (municípios do mesmo nome);

27) CHOPINZINHO: compreendendo a sede e os distritos judiciários de São Luiz d'Oeste, São Francisco, Sede Sulina e Saudades (município de Chopinzinho); São Jorge d'Oeste, Dr. Antônio Paranhos, Iolópolis e sede Nova Sant'Ana (município de São Jorge d'Oeste); São João, Paraíso, Dois Irmãos e Nova Lourdes (município de São João);

28) CIANORTE: compreendendo a sede e os distritos judiciários de São Lourenço (município de Cianorte); Indianópolis e São Manoel (município de Indianópolis); Jussara, São Tomé e Japurá (municípios do mesmo nome);

34) CORBÉLIA: compreendendo a sede e o distrito judiciário de Braganey (município do mesmo nome);

39) CURIÚVA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Alecrim (Município de Curiúva); Figueira e Sapoperna (municípios do mesmo nome);

40) DOIS VIZINHOS: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu (município de Dois Vizinhos); Salto do Lontra e Nova Prata do Iguaçu (município do mesmo nome);

43) FORMOSA DO OESTE: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Nova Aurora e Palmitópolis (município de Nova Aurora); Jesuítas (município do mesmo nome);

44) FOZ DO IGUAÇU: compreendendo a sede e o distrito judiciário de Santa Terezinha de Itaipu (município do mesmo nome);

49) GUARAPUAVA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Campina do Simão, Paz, Carro Quebrado, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guará e Jordão (município de Guarapuava); Cantagalo, Marquinho, Pinhalzinho e Goioxim (município de Cantagalo); Pinhão, Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (município de Pinhão); Turvo (município do mesmo nome);

68) MANDAGUAÇU: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Paulinópolis (município de Mandaguaçu); São Jorge do Ivaí e Copacabana do Norte (município de São Jorge do Ivaí) Ourizona (município do mesmo nome);

70) MARECHAL CÂNDIDO RONDON: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Margarida, Porto Mendes, Pato Bragado, Vila Mercedes e Quatro Pontes (município de Mal. Cândido Rondon);

71) MARIALVA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Aquidabã, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (município de Marialva); Sarandi e Itambé (município do mesmo nome);

73) MARINGÁ: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Iguatemi e Floriano (município de Maringá); Paçandu e Água Boa (município de Paçandu); Dr. Camargo, Floresta e Ivatuba (municípios do mesmo nome);

74) MATELÂNDIA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Céu Azul e Vera Cruz do Oeste (municípios do mesmo nome);

75) MEDIANEIRA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Flor da Serra e Jardinópolis (município de Medianeira); Missal (município do mesmo nome);

82) PALMITAL: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Laranjal (município de Palmital); Altamira do Paraná (município do mesmo nome);

87) PARANAVAÍ: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Graciosa, Deputado José Afonso e Sumaré (município de Paranaíba); Amaporã e Nordestina (município de Amaporã); Guairaçá, Tamboara e Nova Aliança do Ivaí (município do mesmo nome);

95) PORECATU: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Mirassol e Prado Ferreira (município de Mirassol); Centenário do Sul, Florestópolis e Lupionópolis (municípios do mesmo nome);

110) SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Pinhal e São Bento (município de Santo Antônio do Sudoeste); Pranchita (município do mesmo nome);

112) SÃO JOÃO DO IVAÍ: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Ubaúna (município de São João do Ivaí) e Lunardelli (município do mesmo nome);

116) SÃO MIGUEL DO IGUAÇU: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Itacorá e Aurora do Iguaçu (município de São Miguel do Iguaçu);

123) TERRA ROXA DO OESTE: compreendendo o distrito da sede;

128) UMUARAMA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de Ivaté, Santa Eliza, Serra dos

Dourados, Lovat e Perobal (município de Umuarama); Maria Helena, Douradina e Herculândia (município de Maria Helena); Icaraíma, Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (município de Icaraíma);
129) UNIÃO DA VITÓRIA: compreendendo a sede e os distritos judiciários de São Domingos e São Cristóvão (município de União da Vitória); General Carneiro e Jangada do Sul (município de General Carneiro); Cruz Machado e Santana (município de Cruz Machado); Bituruna, Paula Freitas e Porto Vitória (município do mesmo nome);

No art. 6º Ficam criados os seguintes cargos e ofícios:

VI — na entrância inicial - foro extrajudicial:

- a) na Comarca de Piraquara:
 - um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
 - um (1) Ofício de Registro de Imóveis;
 - um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas;
- b) na Comarca de Rio Branco do Sul:
 - um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
 - um (1) Ofício de Registro de Imóveis;
 - um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 12 — Os efeitos financeiros decorrentes da nova redação dada por esta lei ao artigo 77, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, são devidos a partir de 1º de janeiro de 1984, sem prejuízo das quantias eventualmente percebidas anteriormente sob o mesmo título.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator.

Apoioamento:

Anibal Kury, Nelson Buffara, Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, Gilberto Carvalho e Ervin Bonkoski.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 87/84

PARECER

O presente projeto de lei oriundo de Mensagem Governamental, visa propor a alteração de dispositivos de Lei 7.297, de 08 de janeiro de 1980 — Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, conforme estabelece.

A matéria está embasada na proposta do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, encaminhada através do Ofício 1.142/83, de 13/12/83, onde aquela Corte de Justiça estadual estabelece os critérios para as alterações na citada norma legal.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça opinando favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o aspecto financeiro da proposta, temos que o próprio texto legal no seu art. 13, estabelece que "as despesas decorrentes da execução da lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário".

Nestas condições, atendido o problema financeiro dentro dos recursos orçamentários previstos para o Poder Judiciário, não nos cabe outra alternativa, a não ser opinar favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator.

— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 84/84), que objetiva fazer constar, na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do Artigo 12, da Lei n.º 6.636, de 29/11/74, na forma que especifica, e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.

Sobre este projeto, emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 31/84

Inclua-se onde couber:

O cargo em Comissão, símbolo 1-C, de Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, passa a pertencer à simbologia geral DAS- Direção e Assessoramento Superiores, com o símbolo DAS-5.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoioamento:

Edgard Pimentel, Fiori Luiz, Antônio Annibelli e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1981, que estabeleceu normas gerais a serem adotadas na Organização do Ministério Público Estadual, conforme o contido em seu Art. 8, dá ao Procurador Geral da Justiça as prerrogativas e representação de Secretário de Estado.

Por outro lado, a Lei n.º 6996, de 12 de abril de 1978, dispõe que os cargos em Comissão de Chefes de Gabinete de Secretários de Estado, fazem jus aos vencimentos de nível DAS-5, da simbologia geral DAS- Direção e Assessoramento Superior.

Nestas condições, esta emenda tem finalidade de reparar uma situação de injustiça, pois, até a presente data, o Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral da Justiça ainda está enquadrado no símbolo 1-C.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) — Sr.

Presidente, solicito que Vossa Excelência determine a leitura do teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e solicita a Senhora 1.ª Secretária que proceda à leitura da emenda. (Lê):

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em discussão o projeto e a emenda.

Em votação a emenda.— Aprovada.

Em votação o projeto.— Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/83, de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras Voluntárias do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná — ASVHU", com sede e foro no Município de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 77/83

Acrescente-se onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. . . . — O Poder Executivo fica autorizado a reabrir o prazo para que o ocupante do cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo que, por motivo iustificado ou por não se encontrar no exercício de suas funções, deixou de participar do processo seletivo interno realizado pela Secretaria da Educação para o ingresso no Quadro Próprio do Magistério, na forma do art. 25 da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1.980, possa pleitear a sua habilitação, em igualdade de condições, cumpridas as mesmas exigências.

§ 1.º — O disposto neste artigo não se aplica aos casos de afastamentos que resultaram em abandono de cargo.

§ 2.º — A regulamentação e realização do processo seletivo interno de que trata este artigo deverá ocorrer dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 3.º — O prazo de validade do processo seletivo anterior terá o mesmo vencimento daquele que será realizado de conformidade com o disposto neste artigo."

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI.

Apoioamento: FIORI LUIZ, RUBENS BUENO, MÁRIO PEREIRA e OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

O art. 25 da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1.980 possibilitou aos integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, que ocupavam

cargos de Professor, participarem de processo seletivo interno a fim de proverem vagas existentes no Quadro Próprio do Magistério.

Todavia, ao serem estabelecidas as normas para que os interessados pudessem participar dos testes, o Edital nº 01/81, da lavra do Sr. Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, houve por bem estabelecer como um dos requisitos para inscrição, que o candidato comprovasse estar em pleno exercício de suas funções.

Desta maneira, ficaram impedidos de participar daquele processo seletivo, Professores que estavam legalmente afastados de suas funções.

É sabido que os cargos anteriormente ocupados por aqueles que foram aproveitados no Quadro Próprio são extintos ao vagar.

Não é do interesse da administração manter um Quadro de Pessoal fadado à extinção.

Por outro lado, desde o advento do Decreto Federal nº 200, uma das metas principais da administração pública é propiciar o maior aproveitamento possível dos servidores em atividade, ainda que pertençam a cargos isolados ou ainda que possam ser considerados "ociosos". Daí surgiu a figura da "ASCENSÃO FUNCIONAL", que, em nosso Estado é conhecida como PROCESSO SELETIVO INTERNO.

Dar-se nova oportunidade àqueles que foram impedidos de participar do processo seletivo anterior, sem prejudicar aos seus colegas já habilitados, é o objetivo principal desta emenda. Em votação a emenda. — **Aprovada.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 175/83, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o PODER EXECUTIVO a criar "UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR", no Município de União da Vitória. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade.

EM VOTAÇÃO.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação. (É procedida a verificação de votação).

11 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO.

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 175/83.

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 137/83.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 31/84.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 179/83, 243/83, 04/84, 05/84, 10/84, 18/84, 21/84.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 02/84, 24/84, 25/84, 29/84, 33/84, 35/84, 38/84, 39/84, 44/84, 45/84, 87/84.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 25/84, 26/84, 27/84, 28/84, 29/84, 30/84, 31/84, 32/84, 33/84, 34/84.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução nºs 02/84, 06/84, 07/84, 100/84.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL DO CANCRO CÍTRICO
10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA.

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos 7 (sete) dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão Especial do Cancro Cítrico, presidida pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na forma regimental. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, comunicando que a presente reunião tem o fim específico de instalar e proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Procedida a votação, verificou-se a eleição dos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Orlando Pessutti, e Paulo Furiatti, respectivamente, para Presidente, Vice-Presidente e Relator. O Senhor Deputado Basílio Zanusso ao assumir o cargo para o qual fora eleito. Agradeceu aos seus nobres Pares, pela deferência em presidir tão importante comissão. Na oportunidade, ficou estabelecido que as reuniões serão condicionadas à existência de matéria, bem como a indicação do funcionário Rubens Bremer para secretariar os trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e para constar, eu, Rubens Bremer, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, para que produza efeitos legais.

DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO
Presidente

RUBENS BREMER
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. E como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO apresentou redação final

aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 22/84, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Coronel Confúcio Pamplona. PROJETO DE LEI Nº 75/83, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que declara de utilidade pública a Associação Gnóstica de Estudos Filosóficos, Científicos e Culturais, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 121/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade CEMIC, com sede na Cidade de Moreira Salles, e pelo Senhor Deputado HOMERO OGUIDO o PROJETO DE LEI Nº 156/83, de autoria de Senhor Deputado Márcio Almeida, que dispõe sobre a ação social do Estado no que respeita à educação, habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiências, e dá outras providências, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotó Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente

LÉLIO G. SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Djalma de Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa, Homero Oguido, José Antonio Fonseca, Augusto Carneiro, Ivan Gubert, Basílio Zanusso, Nelson Buffara e Artagão de Mattos Leão. A reunião contou ainda com a presença dos Senhores: Airton Lisboa Conerado, Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Paraná; Dr. Hélio Gomes Coelho Junior, Advogado do Sindicato; e o Senhor Francisco Alegre de Paola, da Associação das Empresas de Vigilância e Transportes de Valores. Nada havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia:

1) Proposição 106/84, do Poder Executivo - Mensagem 95/84. Termo de cooperação técnica e financeira celebrado em 08/12/83, entre o Estado através da Secretaria de Transportes e municípios que especifica, para recuperação de estradas. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 2) Proposição 100/84, do Poder Executivo Mensagem 101/84. Termos de cooperação técnica e financeira em 08/12/83, entre o Estado através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando recuperação de pontes. Relator Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 3) Projeto de Lei 93/83, do Deputado Anibal Khury. Declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Funcionários Públicos Aposentados, com sede nesta Capital. Relator

Deputado Artagão de Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado. 4) Proposição 103/84, do Poder Executivo Mensagem 98/84. Termo de cooperação técnica e financeira em 08/12/83, entre o Estado através da Secretaria dos Transportes e o Município de Boa Vista da Aparecida, para recuperação ou construção de pontes. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado com o Projeto de Resolução. 5) Projeto de Lei 95/84, do Deputado Roberto Requião. Declara de Utilidade Pública a Igreja Metodista Central, com sede e foro na cidade de Curitiba. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado com substitutivo 6) Projeto de Lei 102/84, do Deputado Edgard Pimentel. Declara de Utilidade Pública o Centro de Pesquisas, Orientação e Assistência à Família em Cascavel. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 7) Projeto de Lei 02/83, do Deputado Deni Schwartz e outros. Revoga o artigo 3º da lei 7317, de 28/05/80 (referente a vantagens integrantes do Egrégio Tribunal de Contas do Estado). Relator Deputado Edmar Costa. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência. Aprovado. 8) Projeto de Lei 92/84, do Deputado Rubens Bueno. Dispõe sobre a organização, de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus, da Rede Oficial de Ensino conforme específica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação. Aprovado. 9) Projeto de Lei 94/84, do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal Luz de Cristo, com sede e foro em Curitiba. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 10) Projeto de Lei 62/84, do Deputado Rubens Bueno. Estabelece piso salarial para o funcionalismo público estadual de administração direta e indireta. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 11) Projeto de Lei Complementar 03/84, do Deputado Rubens Bueno. Altera disposições da lei 6174, na forma que especifica e dá outras providências. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Requerimento de vistas do Senhor Deputado Edmar Costa. Deferido. 12) Projeto de Lei 42/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Declara de Utilidade Pública o Clube Paranaense de Montanhismo, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 13) Projeto de Lei 27/84, do Deputado Augusto Carneiro. Dá nova redação ao artigo 5º da lei Complementar nº 12 na forma que especifica. (Transferência territorial não poderá ser feita no ano de eleições municipais). Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 14) Projeto de Lei 86/84, do Poder Executivo Mensagem 89/84. Encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no departamento de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública, 178 cargos de provimento em comissão, símbolo 9 - c, de assistente de segurança pública. Requerimento de vistas do Deputado Basílio Zanusso. Aprovado. 15) Projeto de Lei 70/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Autoriza o P.E. a isentar a Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz, das taxas de energia elétrica e água, com sede e foro na cidade de Paranavai. Relator Deputado Hermas Brandão. Requerimento de vistas do Senhor Deputado Ivan Gubert. Deferido. 16) Projeto de

Resolução 20/84, do Deputado Tércio Albuquerque. Cria na estrutura do Poder Legislativo seis gabinetes destinados a Vice Lideranças, na forma que especifica. Relator Deputado Ivan Gubert. Requerimento de vistas do Deputado Edmar Luiz Costa. Deferido. 17) Projeto de Lei 65/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Autoriza o Poder Executivo a isentar a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranaíba Frei Rafael Mainka, das taxas de energia elétrica e água, com sede e foro em Paranaíba. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Contrário. Aprovado. 18) Projeto de Lei 41/84, do Deputado Roberto Requião e outros. Veda aos órgãos da administração pública direta e indireta, bem como as Fundações do Estado e Companhias de Economia Mista, das quais o Estado seja acionista majoritário, a contratação de serviços de terceiros, conforme especifica e dá outras providências. Relator Deputado Nelson Buffara. Requerimento de vistas dos Senhores Deputados Artagão de Mattos Leão, Ivan Gubert e Augusto Carneiro. Deferido. O Deputado Nelson Buffara esclareceu que a função da CCJ é no sentido de arguir a constitucionalidade, sem que interfira o Partido a que pertença o autor do Projeto. O Deputado Artagão de Mattos Leão, esclareceu que solicitou vistas ao Projeto para que possa tomar um conhecimento mais profundo sobre a matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a a Reunião. Para constar o produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

DEPUTADO DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

OSVALDO MARQUES

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA

Aos vinte e nove dias de mês de maio de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceu o Senhor Deputado Djalma de Almeida César, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mais os Deputados: Gilberto Carvalho e Basílio Zanusso. Verificada a inexistência de número legal, o Senhor Presidente deixa de abrir a Reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

DEPUTADO DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

OSVALDO MARQUES

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Artagão de Mattos Leão, Anibal Khury, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ervin Bonkoski, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso e Nelson Buffara. A presente reunião, foi convocada em caráter extraordinário, a fim de que fosse apresentada uma nova emenda ao Projeto de Lei 87/84, pelo Deputado

Artagão de Mattos Leão, relator da matéria, a qual foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, Secretário.

DEPUTADO DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

OSVALDO MARQUES

Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

10ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Deputado José Tadeu França e com a presença dos Senhores Deputados: Adhail Sprenger Passos, Rubens Bueno, Márcio Almeida, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Sérgio Spada, Odeni Mongruel e Edgard Pimentel. A presente reunião contava com a presença do Padre Paulo Rohden, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Professor Sérgio Golçalves Lima, Presidente do Sindicato dos Professores do Paraná, Emerson Carneiro Meira, Francisco Simão, Professor Agnelo Silva Lopes do Sindicato dos Professores, Valdir Dallagnoll - representante da Associação dos Professores do Paraná, Nircélio Zabot, Paulo Bragatto Filho, Santana de Lima, Denise Helena Fabri César representantes da Secretaria de Educação. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Compareceu também à reunião uma Comissão de Professores a qual será ouvida em data oportuna pelos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel. O Senhor Presidente passou a palavra ao Padre Paulo Rohden ao qual todos os presentes fizeram várias perguntas. Falaram também os representantes da Associação dos Professores do Paraná e da Secretaria de Educação. Os debates da presente reunião, se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. O Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos que terão continuidade na próxima reunião dia cinco de junho próximo. Lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO JOSÉ TADEU FRANÇA

Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL

Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLI HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata de reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião

em que o Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 14/84, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Mourão. PROJETO DE LEI Nº 15/84, de autoria do Deputado Odeni Mongruel, que declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica Luterana Bom Pastor, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. PROJETO DE LEI Nº 17/84, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que declara de utilidade pública a Associação dos Surdos do Paraná, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 32/84, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 85/84, encaminhando anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Xambê, as datas que especifica, havidas pelo Estado em doação do referido município. PROJETO DE LEI Nº 52/84, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que declara de utilidade pública a Fundação Aristides de Atayde, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 143/83, de autoria do Deputado Ferrari Junior, que declara de utilidade pública o Grupo Espírita Allan Kardec, com sede e foro em Maringá. PROJETO DE LEI Nº 241/83, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Assis Chateaubriand. PROJETO DE LEI Nº 262/83 de autoria do Deputado Tadeu França, que dá nova redação ao artigo 131, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, como especifica, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente

LÉLIO G. SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/84, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício de 1982. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 122/83, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais da verba designada aos Senhores Deputados, exercício de 1982. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 130/83, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, que denomina Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o

Pequeno Auditório (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Estado, bem como aos Convênios contidos nos PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs 119/83, 120/83, 121/83, 123/83, 124/83, 126/83, 127/83, 128/83, 132/83, 134/83, 135/83 e 136/83, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente

LÉLIO G. SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/84, da Comissão de Tomada de Contas. Aprova a prestação de contas individuais dos Senhores Deputados, referentes à verba de Bolsa de Estudos durante o exercício de 1982. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/84, da Comissão de Constituição e Justiça. Mensagem nº 26/84. Aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e o Município de São Jorge do Ivaí, para execução de obras para recuperação ou construção de pontes. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/84, da Comissão de Constituição e Justiça. Mensagem nº 14/84. Aprova o 12º Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através dos órgãos que especifica para execução do Programa que visa dar continuidade dos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual da Planeamento. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100/84, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Mensagem Nº 91/84. Aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a E.B.T.U., a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o Instituto de Pesquisas de Curitiba, com os objetivos que especifica, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente

LÉLIO G. SOTTO MAIOR
Secretário